



Universidade de Lisboa
Faculdade de Motricidade Humana



RELATÓRIO DE ESTÁGIO

Câmara Municipal de Oeiras: Eventos, Instalações e Jogos de Oeiras

Relatório elaborado com vista à obtenção do grau de Mestre em
Gestão do Desporto

Orientador

Professor Doutor Luís Miguel Faria Fernandes Cunha

Júri

Presidente

Professora Doutora Maria Margarida Ventura Mendes Mascarenhas

Vogais

Professor Doutor Luís Miguel Faria Fernandes Cunha

Professor Doutor Paulo Alexandre Correia Nunes

Ricardo Filipe Oliveira D'Herbe Vidigal
2019

Para a minha família, aos presentes e aos
que partiram..., com amor!

Agradecimentos

Aproxima-se a finalização de mais uma etapa da minha vida, onde termino o mestrado, de muito trabalho e dedicação, dois anos longe das pessoas que me são mais queridas, mas que sempre me apoiaram e sem as quais este trabalho não teria sido possível.

Gostaria de agradecer à Faculdade de Motricidade Humana por me ter recebido enquanto estudante, a todos os meus colegas e professores do mestrado, pois contribuíram para o sucesso desta etapa da minha formação e do meu enriquecimento pessoal.

Ao Professor Doutor Luís Cunha, meu orientador, o meu agradecimento, por ter tornado o estágio na Câmara Municipal de Oeiras possível, bem por todo o esforço e dedicação que coloca em prol dos alunos enquanto responsável pela colocação dos alunos em estágio.

A todas as pessoas que trabalham na Divisão de Desporto da Câmara Municipal de Oeiras e ao Vereador do Pelouro do Desporto, Dr. Pedro Patacho, pela forma com que me receberam, fazendo sentir que pertencia à equipa, pela disponibilidade e simpatia. Especialmente à minha Metodóloga Local, Dra. Carla Gil Ribeiro, aos Técnicos Superiores, Dra. Edite Coelho, Dr. Filipe Leão, Dr. Rui Pinto, Dr. Rui Valente por tudo o que me ensinaram, pela vossa confiança e dedicação.

Aos meus colegas estagiários da Divisão de Desporto da Câmara Municipal de Oeiras, por todas as contribuições no meu desempenho enquanto estagiário, desde trocas de ideias à animação do ambiente.

Aos meus amigos, pois sempre que estou convosco parece que o tempo não passa, embora cada um ande por seu lugar, por isso Muito Obrigado, Carlos Mira, Guilherme Pratas, Hélder Silva, Paulo Bento e Ruben Ferreira.

À Ana pelo apoio prestado e pela compreensão e partilha demonstrada nos momentos difíceis.

Para a minha família pelo apoio incondicional, por todo o vosso amor e por me aturarem estes anos todos, Mãe, Pai e Mano, sem vocês esta etapa nunca teria sido possível.

O Meu Muito Obrigado!

Resumo

A relação entre a Gestão, o Desporto e as Autarquias tem sido abordado por vários autores ao longo do tempo, por vezes com um foco específico e por outras num contexto geral. Deste modo, a fim de perceber como se processa essa relação num contexto real, foi realizado um estágio curricular na Divisão do Desporto da Câmara Municipal de Oeiras, no âmbito da avaliação final do Mestrado de Gestão do Desporto da Faculdade de Motricidade Humana da Universidade de Lisboa.

Durante este período, participou-se em diversas áreas, nomeadamente, os eventos desportivos, inventariação das instalações desportivas, também foi solicitado um estudo e criação de um novo projeto, onde fomenta-se a atividade desportiva na comunidade.

Eventos, foi atribuído diversas funções ao longo das suas fases. Dos quais, destacaram-se o “Mexa-se na Marginal” e o “Marginal à Noite”. Em ambos, foram assumidas responsabilidades de coordenação de zona. Durante o planeamento e implementação dos eventos constatou-se uma ausência de documentação orientadora para as suas montagens, desta forma, recorrendo aos conhecimentos adquiridos no mestrado, foi apresentada uma solução que foi aceite e implementada, passando a mesma a ser o padrão para todos os eventos futuros.

Instalações Desportivas, foi realizado um levantamento e atualização dos equipamentos municipais, citos na União de Freguesias Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo. Ao longo do trabalho, foi constatado a falta de intercomunicação entre os serviços de licenciamento e a Divisão de Desporto, sendo também evidente a carência de visitas regulares aos mesmos. A fim de colmatar essas situações, elaborou-se um relatório das instalações que necessitavam de intervenção, foi atualizada a base de dados, e sugeriu-se que a mesma fosse partilhada entre os referidos serviços, tornando a informação mais fiável.

Inovação, realizou-se o estudo e análise da conceção do projeto “Jogos de Oeiras”, que veio aumentar o leque de modalidades oferecidas de forma gratuita pelo Município, bem como, o estudo de uma proposta para o financiamento dos clubes que participam no “Troféu de Oeiras: corridas das localidades”. Ambos aceites e implementados pela Divisão do Desporto.

Palavras-chave: Área Metropolitana de Lisboa, Autarquias, Município, Câmara Municipal, Concelho, Desporto, Divisão de Desporto, Gestão, Gestão de Desporto, Oeiras.

Abstract

The relationship between Management, Sports and Autarchies has been approached by several authors over time, sometimes with a specific focus and sometimes in a general context. Thus, in order to understand how this relationship is processed in a real context, a curricular internship was carried out in the Sports Division of Oeiras City Hall, as part of the final evaluation of the Master of Sports Management from the Faculty of Human Motricity of the University of Lisbon.

During this period, I participated in several areas, namely sports events, inventory of sports facilities, I was also asked to study and create a new project, where sport is encouraged in the community.

Events, I was assigned several functions throughout its phases. Of which, the "Move in the Marginal" and the "Marginal at Night" stand out. In both, I assumed responsibility for area coordination. During the planning and implementation of the events I came across the absence of guiding documentation for their assemblies, thus, using the knowledge acquired in the master's degree, I presented a solution that was accepted and implemented, becoming the standard for all future events.

Sports Facilities, I was instructing to carry out a survey and updating the municipal equipment, located in the Union of Parishes Algés, Linda-a-Velha and Cruz Quebrada/Dafundo. Throughout the work, I noticed the lack of intercommunication between the licensing services and the Sports Division, and the lack of regular views is also evident. In order to remedy these situations, I prepared a report on the facilities that required intervention, updated the database, and suggested that it be shared between the services, making the information more reliable.

Innovation, I did a study and analysis of the design of the "Oeiras Games", which increased the range of modalities offered for free by the municipality, as well as study of a proposal for the financing of the clubs participating in the "Trophy Oeiras: local races ". Both accepted and implemented by the Sports Division.

Keywords: Autarchies, County, Lisbon Metropolitan Area, Management, Municipality, Oeiras, Sport, Sports Division, Sport Management, Town Hall.

Índice

Introdução.....	1
1. Enquadramento da Prática Profissional.....	3
1.1. Gestão de Desporto.....	3
1.1.1 Desporto	3
1.1.2 Gestão	3
1.2. Políticas Públicas Desportivas	5
1.2.1. Política.....	5
1.2.2. Política Pública.....	6
1.3. Autarquias Locais	7
1.3.1. Áreas de intervenção	9
1.3.2. Associativismo	9
1.3.3. Desporto Profissional	11
1.3.4. Organização Eventos e Espetáculos Desportivos.....	12
1.3.5. Formação, Estudos e Documentos de Apoio.....	14
1.3.6. Infraestruturas e equipamentos desportivos	15
1.3.6.1. Espaço Desportivo	15
1.3.6.2. Instalações Desportivas	16
1.3.6.3. Georreferenciação	17
1.3.7. Programas e Atividades Desportivas.....	19
1.3.8. Sistema Educativo	19
2. Contexto Legal	20
3. Contexto Institucional	23
3.1. Caracterização do Concelho	23
3.1.1. Identificação	23
3.1.2. Clima.....	25
3.1.3. Caracterização Sociodemográfica.....	25

3.1.4. Densidade Populacional	27
3.1.5. Poder de compra.....	28
3.2. Contexto Desportivo	29
3.2.1. Instalações no Concelho.....	29
3.2.2. Associações Desportivas	31
3.2.2.1. Modalidades	33
3.2.2.2. Atletas	33
3.2.2.3. Técnicos e Dirigentes	35
3.3. Câmara Municipal de Oeiras	37
3.3.1 Contexto de Natureza Funcional	37
3.3.2 Divisão do Desporto.....	37
4. Realização da prática profissional	39
4.1 Atividades, tarefas e ações.....	39
4.1.1. Jogos de Oeiras	39
4.1.1.1. Objetivos	40
4.1.1.2. Modelo de Participação	41
4.1.1.3. Quadro Competitivo	41
4.1.1.4. Resultados	42
4.1.2. Eventos	44
4.1.2.1 Triatlo de Oeiras	44
4.1.2.2. Travessia António Bessone Basto	46
4.1.2.3. Atividades Ar Livre	48
4.1.2.4. Festa Jovem da Linha	49
4.1.2.5. Jamor em Festa	50
4.1.2.6. Mexa-se na Marginal	50
4.1.2.7. Marginal à Noite	52
4.1.2.8. Troféu das Localidades de Oeiras	55

4.1.3. Instalações	58
4.2. Dificuldades e Resoluções	58
4.3. Estratégias ou atividades de formação propostas	59
5. Conclusão	60
5.1. Orgânica.....	61
5.2. Atividades	62
5.3. Formação	62
5.4. Documentação	63
5.5. Informação	63
5.6. Instalações.....	63
5.7. Apetrechamento.....	64
5.8. Quadros Humanos	64
5.9. Financiamento.....	65
5.10. Normativo.....	65
5.11. Gestão.....	65
5.12. Perspetivas Futuras.....	65
Referências Bibliográficas	66
Anexos.....	X

Tabelas

Tabela 1 – Exemplos de Apoios ao Associativismo das Autarquias	10
Tabela 2 – Quadro Resumo da Dimensão dos Eventos	12
Tabela 3 – Quadro Resumo da Tipologia dos Eventos Desportivos.....	12
Tabela 4 - Quadro Resumo da Tipologia das Instalações Desportivas	18
Tabela 5 – Evolução da População Residente da AML	25
Tabela 6 – Evolução da População Residente do Concelho de Oeiras por Idades	26
Tabela 7 – Evolução da População Residente do Concelho de Oeiras após 10 anos	27
Tabela 8 – Densidade Populacional da AML.....	28
Tabela 9 – Poder de Compra dos Concelhos da AML.....	29
Tabela 10 – Equipamentos Desportivos no Concelho de Oeiras	30
Tabela 11 – Equipamentos Desportivos da Propriedade CMO.....	31
Tabela 12 – Totais das Participações nos Encontros Regulares.....	43
Tabela 13 – Totais das Participações nos Encontros Pontuais.....	43
Tabela 14 – Ranking Final da Liga das Freguesias.....	43
Tabela 15 – Quadro Resume das Inscrições dos Eventos Desportivos.....	44
Tabela 16 – Quadro Resume da Avaliação da TBB 18.....	47
Tabela 17 – Quadro Resumo da Participação AAL 18	48
Tabela 18 – Top 10 da Regularidade dos Atletas dos Clubes de Oeiras.....	57

Figuras

Figura 1 – AML e os seus Concelhos	23
Figura 2 – Mapa das Freguesias do Concelho de Oeiras Anterior Lei n. º11/A 2013	24
Figura 3 – Mapa das Freguesias do Concelho de Oeiras Posterior Lei n. º11/A 2013	24
Figura 4 – Distribuição dos Equipamentos Desportivos no Território	30
Figura 5 – Distribuição das Coletividades no Território	32
Figura 6 – Tipologia das Coletividades de Oeiras	32
Figura 7 – Modalidades Desportivas por Tipologia	33
Figura 8 – Atletas por Sexo e Faixa Etária	34
Figura 9 – Qualificação dos Técnicos Desportivos	35
Figura 10 – Técnicos Desportivos por Sexo	36
Figura 11 – Dirigentes Desportivos por Sexo	36
Figura 12 – Organograma da Divisão de Desporto por Áreas	38
Figura 13 – Modalidades do Quadro Regular na 1ª Edição	41
Figura 14 – Modalidades do Quadro Pontual na 1ª Edição	42
Figura 15 – Triatlo de Oeiras 2018	45
Figura 16 – Intervenientes nos TMA do TO 218	45
Figura 17 – Travessia Bessone Basto 2018	46
Figura 18 – Respostas em Relação a Distância da Prova	47
Figura 19 – Exemplos de Atividades ao Ar Livre 2018	48
Figura 20 – Programa de Atividades Previstas MnM 18	50
Figura 21 – Planta com Atividades da Zona de Algés	51
Figura 22 – Esquema da Zona de Chegada com Número de Grades	53
Figura 23 – Distribuição das Respostas por Sexo	54
Figura 24 – Distribuição da Satisfação Geral	55
Figura 25 – Exemplos das Etapas do Troféu de Oeiras 2018	56

Anexos

Anexo 1 – Associações Desportivas do Concelho de Oeiras	XI
Anexo 2 – Oferta Desportiva por Modalidades	XII
Anexo 3 – Organograma da Câmara Municipal de Oeiras 2019	XIII
Anexo 4 – Ficha de Inscrição da FJL 18	XIV
Anexo 5 – Layout MnM 18 Zona Algés	XV
Anexo 6 – Layout Zona do Desvio (Saisa)	XVI
Anexo 7 – Folha de Rosto da Proposta de Financiamento do Troféu	XVII
Anexo 8 – Folha de Calculo da Proposta de Financiamento do Troféu	XVIII
Anexo 9 – Exemplo de Tarefas Realizadas	XIX

Abreviaturas

AAL 18 – Atividades Ar Livre 2018

AML – Área Metropolitana de Lisboa

CED – Carta Europeia do Desporto

CMO – Câmara Municipal de Oeiras

CRP – Constituição da República Portuguesa

DD – Divisão de Desporto

FJL 18 – Festa Jovem da Linha 2018

JF – Juntas de Freguesias

JdO – Jogos de Oeiras

LBAFD – Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto

MaN 18 – Marginal à Noite 2018

MnM 18 – Mexa-se na Marginal 2018

NUTS – Nomenclatura das Unidades Terrestres para Fins Estatísticos

RAO 17 – Relatório Associativismo Oeiras 2017

SAD – Sociedade Anónima Desportiva

SDUQ, Lda. – Sociedade Desportiva Unipessoal por Quotas

TBB 18 – Travessia Bessone Basto 2018

Troféu 18 – Troféu CM Oeiras: Corrida das Localidades 2018

UF – União de Freguesias

UF ALCD – União de Freguesias Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo

UF CQ – União de Freguesias de Carnaxide e Queijas

UF OJPC – União de Freguesias de Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias

Introdução

O desporto, enquanto fenómeno social tem vindo a mudar. Outrora, o que mobilizava a grande maioria dos seus adeptos, decorria a partir do desporto formal, observável transversalmente ao longo das competições distritais e nacionais, tendo como expoente máximo as grandes competições e espetáculos europeus e mundiais. Este paradigma contudo, aparenta estar a seguir uma nova tendência, uma vez que a sociedade percebe um estilo de vida ativa e social, onde a atividade física e o desporto passa a fazer parte do dia-a-dia dos cidadãos, com uma organização desportiva informal ou não formal, (nomeadamente nas vertentes de lazer, recreação, manutenção entre outras) desde atividades simples como a caminhada até mais complexas.

Em Portugal, a cultura física e o desporto são um direito adquirido, incumbindo ao Estado em colaboração com entidades desportivas, “promover, estimular, orientar e apoiar a prática e a difusão da cultura física e do desporto”, como também prevenir a violência no desporto. Este direito é expresso no Artigo 79.º da Constituição da República Portuguesa. Assim, é necessário perceber quais as políticas públicas no âmbito desportivo que são desenvolvidas.

Com o intuito de perceber como é feita a intervenção das entidades da administração portuguesa no âmbito desportivo, foi realizado um estágio curricular na Divisão do Desporto da Câmara Municipal de Oeiras, instituição que representa o poder local.

O presente relatório tem por base o objetivo:

- Relatar, a intervenção realizada durante o período de estágio desenvolvido na Divisão de Desporto da Câmara Municipal de Oeiras.

A estrutura do presente relatório encontra-se dividida em cinco partes:

1. Enquadramento da Prática Profissional,
2. Contexto Legal,
3. Contexto Institucional,
4. Realização da Prática Profissional
5. Conclusão.

Na 1º parte, o Enquadramento da Prática Profissional, é tratado o enquadramento teórico da gestão do desporto, das políticas públicas e das áreas de intervenção das Autarquias Locais no âmbito desportivo.

Na 2º parte, o Contexto Legal, salienta todos os documentos legais que regem as áreas de intervenção das Autarquias Locais.

Na 3º parte, o Contexto Institucional, é realizada a caracterização do Município de Oeiras.

A 4º parte, Realização da Prática Profissional, trata todas as atividades desenvolvidas ao longo do período de estágio, as quais encontram-se subdivididas em três componentes, “Atividades, Tarefas e Ações”, “Dificuldades e Resoluções” e. “Atividades de Formação Propostas”.

Nas “Atividades, Tarefas e Ações” explica todo o processo da criação dum novo projeto “Jogos de Oeiras”, bem como os eventos organizados pela Divisão de Desporto da Câmara Municipal de Oeiras e ainda a realização de visitas pontuais às instalações desportivas, de gestão direta do município.

Por fim, na 5º parte, é realizado uma conclusão, com o foco nas práticas realizadas na Divisão de Desporto, bem como, alguns aspetos que poderão ser melhorados, tanto ao nível dos procedimentos, como também em relação aos próprios eventos.

1. Enquadramento da Prática Profissional

1.1. Gestão de Desporto

1.1.1 Desporto

Ao longo dos anos, vários autores têm tentado definir o conceito de desporto, sendo que segundo Elias *et al.* (1992) citado por Pires (2007) “o termo desporto é utilizado nos nossos dias de uma maneira bastante vaga e até aberta, de forma a abranger confrontos de jogos de numerosos géneros”.

Sendo observável na definição presente na alinha (a) do artigo 2º da Carta Europeia do Desporto “CED” (2001), “Entende-se por “desporto” todas as formas de actividades físicas que, através de uma participação organizada ou não, têm por objectivo a expressão ou o melhoramento da condição física e psíquica, o desenvolvimento das relações sociais ou a obtenção de resultados na competição a todos os níveis”. Bem como no ponto 2 do artigo 2º da Lei de Bases do Desporto (2004), “Entende-se por desporto qualquer forma de actividade física que, através de uma participação livre e voluntária, organizada ou não, tenha como objectivos a expressão ou a melhoria da condição física e psíquica, o desenvolvimento das relações sociais ou a obtenção de resultados em competições de todos os níveis”.

Desta forma, segundo Pires (2007) “O desporto é, (...), uma actividade humana composta por cinco elementos de conteúdo psicológico, sociológico, político e organizacional. São eles: Jogo; Movimento; Agonística; Instituição; Projecto.”.

1.1.2 Gestão

À partida, deparamos com a situação onde a Gestão de Desporto, procura, através da *performance* duma equipa de trabalho, soluções para as rotinas em função dos objetivos, otimizando processos (obtendo maior eficiência e eficácia). Bem como a antecipação de futuras necessidades (reduzir o risco de incertezas) que decorra da evolução dos tempos em projetos desportivos.

Segundo Pires (2007), “A literatura publicada sobre os conceitos de organização, gestão, “management”, administração é dispersa e ambígua.” Este facto ocorre, tendo em conta diversos autores utilizam estes conceitos em maneiras diferentes, com diferentes perspetivas para as mesmas problemáticas, bem pelo facto de não existir uma palavra que corresponda diretamente a *management* em português.

Para Chiavenato (2004), administração é definida como: “A administração nada mais é do que a condução racional das actividades de uma organização seja ela lucrativa ou não-lucrativa.”. Por outro lado, Baker e Esherrick (2013) definem administração como, “Performance da tarefa relacionada com o processo de gestão.”.

Os Dicionários Porto Editora (2019), definem em cinco pontos o conceito “gestão” como “1. atividade ou processo de administração de uma empresa, instituição, etc.; ato de gerir; 2. conjunto de medidas de administração (de uma organização, empresa, etc.) aplicadas durante um determinado período; modo de gerir; 3. conjunto de pessoas que gerem uma instituição; gerência; 4. utilização racional de recursos em função de um determinado projeto ou de determinados objetivos; 5. conciliação de opiniões divergentes; consenso.”. Verifica-se que gestão tanto é o ato de gerir, como o modo de gerir, decidida por um conjunto de pessoas, que procuram um consenso para a racionalização dos recursos em função de um objetivo.

Numa perspetiva em conformidade com a teoria das organizações de Kast & Rosenzweig, Pires (2007) define organização do desporto, “(...) como sendo um conjunto de princípios, proposições, conhecimentos e técnicas Inter-relacionados e coerentes, aplicáveis à compreensão e ao funcionamento dos sistemas e organismos desportivos, bem como ao mundo das práticas desportivas, com o objectivo de o gerir e/ou administrar e, deste modo, alcançar, através de um processo de planeamento, objectivos pré-estabelecidos”.

No entanto Drucker (2001) define *management*, “é sobre os seres humanos. Tendo a tarefa de tornar as pessoas capazes de ter uma *performance* conjunta, fazer as suas forças efetivas e as suas fraquezas irrelevantes.” Contudo, Baker & Eshrick (2013) *management* é definida como, “O acto de organizar, dirigir e supervisionar a realização dos objetivos.”.

Pires & Lopes (2001) justificam a existência da Gestão do Desporto com duas perspetivas, “Na primeira, a que podemos designar de pragmática, a Gestão do Desporto existe porque tem soluções para resolver problemas, (...) Trata-se de gerir rotinas. Toda e qualquer organização tem rotinas para processar e quanto melhor elas forem realizadas mais a organização está disponível para idealizar e desenvolver novos projectos. Noutra perspetiva, a que podemos designar de académica, a Gestão do Desporto também tem razão de existir porque há ou surgem problemas imprevisíveis para os quais é necessário encontrar respostas originais. Para o efeito, utiliza-se aquilo a que se convencionou chamar de funções da gestão ou tarefas do gestor. Nesta segunda perspetiva, estamos perante um sistema em que as

soluções são encontradas pela capacidade heurística de construir o algoritmo conducente à solução de determinado problema.”

1.2. Políticas Públicas Desportivas

Embora até hoje não exista um consenso relativo aos conceitos de “Política Pública”, e de “Política”, ao longo dos anos têm surgido aproximações aos mesmos, bem como têm sido estabelecidos atributos chaves.

1.2.1. Política

A Infopédia define política com cinco pontos chaves, “1. ciência ou arte de governar; 2. orientação administrativa de um governo; 3. princípios diretores da ação de um governo; 4. arte de dirigir as relações de um Estado com outro; 5. conjunto dos princípios e dos objetivos que servem de guia a tomadas de decisão e que fornecem a base da planificação de atividades em determinado domínio.”

Birkland (2016) comenta a definição de política do Merrian-Webster (dicionário online americano) que encontra-se em consonância com o ponto um da definição anterior, o facto de o dicionário definir política como forma de arte, onde esta por sua vez é definida como habilidade ou astúcia, “esta definição reflete o quanto as pessoas focam os comportamentos desviantes dos políticos ou dos atores políticos, e nos aspectos aparentemente desonestos da política, eles acusam as pessoas de “brincarem à política”, como se as pessoas só se envolvessem no processo simplesmente para obterem vantagens pessoais ou em grupo e não por quaisquer metas políticas específicas que iriam beneficiar amplamente a sociedade”.

Lasswell (1958) citado por Birkland (2016) define política “Quem recebe o que, quando e de que forma”. Birkland (2016) explica que “embora seja uma definição simples, podemos discernir, os três aspectos essenciais da política: a competição para obter certos recursos, (...); a necessidade de cooperar na tomada de decisões; e a natureza do poder político.” Seguindo esta linha de pensamento Birkland (2016) acrescenta o seu contributo a definição de política de Lasswell, como sendo “o processo em que a sociedade determina quem recebe o quê, quando é que eles recebem, e de que forma eles recebem.”.

Mackenzie (1970), Caetano (1983), Amaral (1994), Sá (1999) citados por Januário (2010) “afirmam que os que querem estudar empiricamente a política dizem ser necessário encontrar um conceito-chave e que, o mais adequado é o do poder. (...) Entendem a política

como a actividade humana que tem por objecto a conquista, a manutenção e o exercício do poder no âmbito de Estado.” Pires (1998), citado por Januário (2010), afirma “o poder como a capacidade para agir efectivamente sobre as pessoas e as coisas, recorrendo a um acervo de meios que se entende desde a persuasão até à coerção.” Januário (2010) conclui de forma geral “o poder é a faculdade de impor aos outros um determinado comportamento suscitando enorme controvérsia, sobretudo quando se tem em vista o poder político visto como uma autoridade de domínio que impõe obediência a quantos pertençam à sociedade política, constringendo-os à observância de normas jurídicas e quebrando resistências eventuais.”.

1.2.2. Política Pública

A política pública é entendida por Lynn (1980), citado por Souza (2006), “como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos”. Já para Dye (1984), citado por Souza (2006) e Birkland (2016), “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. Para Peters (1986), citado por Souza (2006), define como “política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos”. Ainda Souza (2006), citando desta vez Mead (1995), define como “um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões políticas.”.

Bonafont (2004), citado por Januário (2010), define como “... processo de intercâmbio e negociação entre actores públicos e privados que interagem entre si com a finalidade de potenciar recursos e informação num contexto institucional concreto.” Para além da definição, Bonafont (2004), ainda citado por Januário (2010), identifica cinco pontos para a elaboração das políticas públicas: “1. Identificação do problema por parte do sistema político e inclusão na agenda política governamental; 2. Formulação de uma solução ou procura de soluções para definir o problema, os objectivos a alcançar e possíveis estratégias; 3. Tomada de decisão acerca das soluções propostas; 4. Implementação da acção; 5. Avaliação dos resultados.”

Por outro lado, Birkland define seis atributos chave para criar uma definição de política pública, “1. A política é criada em resposta a algum tipo problema que requer atenção; 2. A política é feita em nome do “público”; 3. A política é orientada em função de um objetivo ou estado desejado, como a solução de um problema; 4. A política, em última análise, é tomada pelos governos, mesmo que a ideia provenha fora do mesmo ou através da interação do governo com atores não-governamentais; 5. A política é interpretada e implementada por

atores públicos e privados, os quais têm diferentes interpretações dos problemas, das soluções e motivações próprias; 6. A política é o que o governo escolhe ou não fazer.”

Por sua vez Constantino (2006), faz uma chamada de atenção quando se fala em políticas específicas para o desporto, considerando que “Uma política desportiva não é apenas uma política pública para o desporto. É mais do que isso. É uma política onde convirjam políticas públicas, é certo (de juventude, de educação de cultura, de saúde, de ambiente, de turismo, de ordenamento do território), mas também políticas desportivas e associativas”.

1.3. Autarquias Locais

Estado Português ao nível territorial é composto pelo Continente e duas Regiões Autónomas (Açores e Madeira). Numa perspetiva do poder, o Estado tem três níveis administrativa: Central, Regional e Local.

A Constituição da República Portuguesa “**CRP**” reconhece a existência das autarquias locais, de uma forma sucinta no Artigo 6.º, mencionando-as, como entidades autónomas e fundamentais na descentralização democrática da administração pública. Porém no mesmo documento é dedicado um título (VIII), “Poder Local”, com cinco capítulos onde é definido o que são, qual a sua composição, bem como quais os seus poderes.

No entanto é na **Lei n.º 75/2013** de 12 de setembro, titulada, “Estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico”, de uma forma simplificada pode-se considerar a “Bíblia das Autarquias e das Entidades Intermunicipais”, uma vez que é neste documento que estão estabelecidos todos os pontos-chaves para o funcionamento e as razões da existência das mesmas.

No que diz respeito ao âmbito desportivo, o Artigo 23.º “Atribuições do Município”, no ponto um “constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias.”, tendo como a alínea f) no seguinte ponto, “tempos livres e desporto”.

Constantino & Noronha Feio (1990), “As Autarquias representam em Portugal as estruturas do poder mais directamente ligadas ao quotidiano das populações”. Observa-se este facto devido à proximidade que as estruturas administrativas locais têm com as populações,

com as suas necessidades e problemas que são sentidos pelas mesmas. Desta forma, aparentam, estar com as melhores condições para encontrar e dar as soluções mais adequadas a essas necessidades, quer seja diretamente, caso exista capacidade de resposta a nível local, quer seja em representação das populações junto dos outros órgãos da administração pública de portuguesa. Como foi abordado anteriormente, em Portugal existe o direito à cultura física e ao desporto, estabelecido na **CRP** no Artigo 79.º, ou seja, o Estado tem a responsabilidade de promover e estimular estas práticas. Assim, as autarquias devem ter um papel ativo nessas responsabilidades, como foi previsto, anteriormente, na **Lei n.º 75/2013** de 12 de Setembro.

Relativo ao desenvolvimento desportivo por parte das Autarquias locais, Constantino & Noronha Feio (1990) identificam que essa intervenção passa por “criar mais e melhores condições de acesso às actividades desportivas do maior número de cidadãos dos diversos grupos etários da população.”. A democratização da prática desportiva e das actividades físicas, pode abranger diversas áreas, nomeadamente: actividades físicas de manutenção, lazer, recreação, competição, escolar, bem como de natureza expressiva/artística. Devendo estar, devidamente, contempladas nos planos de actividades/ações para o desenvolvimento desportivo dos Municípios.

É necessário, desde já, fazer a distinção entre o que é o “crescimento” e o que é “desenvolvimento” desportivo. Para Constantino & Noronha Feio (1990) “crescimento desportivo significa o aumento durante determinado espaço de tempo, do número de praticantes desportivos.”, por outro lado consideram “desenvolvimento é a combinação das transformações sociais e mentais de uma população que possibilitem o aumento do número de praticantes, mas de acordo com uma perspectiva qualitativa do desporto”. Assim sendo, crescimento é a simples captação de novos praticantes num determinado tempo, já o desenvolvimento encontra-se ligado com o progresso e a educação (transformação) da sociedade, logo este desenvolvimento deverá procurar responder às necessidades sociais, onde os autores identificaram cinco:

“Necessidades de manutenção de saúde, da higiene física e da reeducação;

Necessidades educativas e formativas da infância e juventude;

Necessidades de utilização recreativa e humanizadora do tempo livre e de forma permanente;

Necessidades de criação artística e de expressão individual e colectiva;

Necessidades de aperfeiçoamento e de obtenção de resultados de nível cada vez mais elevado.”.

No entanto, Constantino (2006) chama a atenção para um aspecto e dois riscos que podem ocorrer durante o desenvolvimento desportivo da Autarquia. Primeiramente, o facto do “trabalho de uma Autarquia continua muito condicionado pelo que é mediaticamente relevante.”. É de salientar ainda que o primeiro risco “é o de pensar que a construção de uma política desportiva local se obtém através do “fazer mais coisas”, somando iniciativas e programas sem aproveitamento sinérgico, sem sentido de unidade ou de convergência estratégica.” Não menos importante, o segundo risco de as “autarquias pretenderem substituir-se às organizações, desportivas e escolares, e assumirem-se como entidades fornecedoras de actividades desportivas num regime de concorrência ou complementaridade, quer com o sistema escolar, quer com o sistema desportivo.”.

1.3.1. Áreas de intervenção

O papel das Autarquias locais no desenvolvimento desportivo tem, hoje, um reconhecimento que outrora não se verificava. Devendo-se em grande parte à atribuição de maiores responsabilidades, e consequentemente, maiores meios financeiros, com o intuito de realizarem a sua missão na inovação e/ou melhoramento das condições de acesso e prolongamento da prática desportiva nos seus municípios.

A intervenção das Autarquias foca-se, primeiramente, nas infraestruturas e equipamentos desportivos, nas ofertas de actividades físicas e desportivas, e ainda no apoio ao associativismo e ao sistema educativo. Porém poderão, ainda, ter interesses no apoio ao desporto profissional, bem como na formação desportiva.

1.3.2. Associativismo

Antes de ser abordado o associativismo desportivo é necessário salientar que na **CRP**, artigo 46.º, “Liberdade de associação”, concede o direito aos cidadãos de constituírem e/ou de se associarem, em quatro pontos. Onde estão estabelecidas algumas características específicas que estas organizações têm de possuir, bem como as restrições a que estão sujeitas.

Já num contexto desportivo, a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto “**LBAFD**” (2007) no capítulo III, “Associativismo Desportivo” estabelece todos os tipos de

organizações presentes no sistema português. Estas entidades (públicas, privadas e associativas) têm todas, o mesmo objeto de gestão, do desporto, mas as suas missões e vocações são algo distintas e podem se diferenciar em quatro aspetos: dimensão (grandes, medias ou pequenas), vertente (recreativa ou de rendimento), o seu carácter (se é ou não considerada como utilidade pública) e por fim se visam ou não o lucro. A **LBAFD** (2007) identifica e caracteriza a Organização Olímpica (Comité Olímpico de Portugal e o Comité Paralímpico de Portugal), as Federações Desportivas (tanto as unidesportivas, como também as multidesportivas), as Ligas Profissionais, as Associações de Âmbito Territorial (denominadas regionais, distritais, entre outros...), os Clubes Desportivos e as Sociedades Desportivas.

Embora as Autarquias Locais devam estabelecer relações com todas entidades, tanto quando estão sediadas ou não no seu território, em virtude de estabelecer parcerias em projetos específicos que visam obter pontos comuns. Contudo o principal foco de intervenção das Autarquias passa no apoio do associativismo, centrado nos Clubes Desportivos locais.

LBAFD (2007) define Clubes Desportivos, no artigo 26.º da secção III do capítulo III da seguinte forma “1- São clubes desportivos as pessoas coletivas de direito privado, constituídas sob a forma de associação sem fins lucrativos, que tenham como escopo o fomento e a prática directa de modalidades desportivas.”.

A grande questão é de que forma é que as Autarquias podem contribuir para o estímulo da prática desportiva, e essencialmente para a gestão diária dos clubes, através dos tradicionais apoios financeiros, como também apoios logísticos e ainda outros apoios. De seguida serão enunciados alguns exemplos (ver tabela 1).

Tabela 1 – Exemplos de Apoios ao Associativismo das Autarquias

Apoios Financeiros	Apoios Logísticos	Outros Apoios
Atividades desportivas regular	Cedências, temporárias, de espaços, transportes e equipamentos	Apoio técnico
Obras, aquisição e manutenção de equipamentos (apetrechamento)	Fornecimento de matérias (taças, medalhas e lembranças) para projetos pontuais	Apoio no acesso à informação
Desenvolvimento de projetos pontuais	Fornecimento de suplementos alimentares nos projetos pontuais	Formações específicas (organizadas pela autarquia)
Formações técnicas		

1.3.3. Desporto Profissional

O segundo ponto do artigo 26.º da **LBAFD** (2007) prevê um regime especial de gestão para os clubes desportivos participantes nas competições profissionais, caso continuassem com o estatuto de associação sem fins lucrativos, por outro lado, caso quisessem poderiam adotar a forma de sociedade desportiva com fins lucrativos. Contudo o **Decreto-Lei n.º 10/2013** de 25 de Janeiro, estabelece o regime jurídico das sociedades desportivas a que ficam sujeito os clubes desportivos que pretendem participar em competições desportivas profissionais, veio retificar esse regime, sendo que, atualmente, os clubes desportivos têm de optar pela constituição de uma SAD ou de uma SDUQ, Lda.

O **Decreto-Lei n.º 10/2013** de 25 de Janeiro, define ainda o que se entende por sociedade desportiva, “sociedade desportiva a pessoa coletiva de direito privado, constituída sob a forma de sociedade anónima ou de sociedade unipessoal por quotas cujo objeto consista na participação numa ou mais modalidades, em competições desportivas, na promoção e organização de espetáculos desportivos e no fomento ou desenvolvimento de atividades relacionadas com a prática desportiva da modalidade ou modalidades que estas sociedades têm por objeto.”. Especificando ainda que um clube desportivo pode ter uma, única, SAD caso esta seja para todas as modalidades de competições profissionais ou pode optar por ter várias SAD, sendo que cada uma delas trata, apenas, uma modalidade.

Relativamente a forma apoio das Autarquias locais ou outras entidades públicas aos clubes desportivos participantes em competições profissional, estes clubes não podem beneficiar de apoios ou comparticipações financeiras por parte do Estado, das Regiões Autónomas e das Autarquias locais, sob qualquer forma. Contudo, estes clubes podem beneficiar de apoios relativos à construção ou melhoramento de infraestruturas ou equipamentos desportivos com vista à realização de competições desportivas de interesse público, tendo de ser reconhecidas pelo membro do Governo responsável pela área do desporto.

No entanto o Artigo 20.º da Secção V “Participação de entes públicos” do **Decreto-Lei n.º 10/2013** de 25 de Janeiro, permite que as Regiões Autónomas, os municípios ou as associações de municípios podem deter uma participação de até ao máximo de 50% do capital social das sociedades anónimas sediadas na sua região.

1.3.4. Organização Eventos e Espetáculos Desportivos

Na bibliografia atual existem inúmeras definições para o conceito, “evento”, todas têm por base três aspectos fundamentais, o facto de ser algo planeado, que ocorre num determinado espaciotemporal (ou seja com um determinado local, dia e hora), com uma finalidade específica. Os eventos, geralmente, são classificados em quatro características: a dimensão, a tipologia, a ocorrência e os destinatários.

Tabela 2 – Quadro Resumo da Dimensão dos Eventos

Dimensão		
Denominação	Tamanho (assistência)	Exemplo
Micro	Até 100	Workshop local
Pequeno	100 - 500	Congresso
Médio	500 - 3000	Feira de Negócios
Grande	3000 – 80 000	Dérbi Benfica vs. Sporting
Mega	+100 000	Jogos Olímpicos

Adaptado de Duarte, J. (2009). Organização e Gestão de Eventos. Dissertação de Licenciatura. Instituto Superior de Economia e Gestão – Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.

Relativamente à tipologia dos eventos, estes assumem um variado número de tipologias, desde culturais, técnico-científicos, desportivos, lazer e turismo, religiosos, políticos, sociais, entre outros. No entanto, dentro dos eventos desportivos podem ser categorizados com outras tipologias, dependendo o número de modalidades e da sua vertente.

Tabela 3 – Quadro Resumo da Tipologia dos Eventos Desportivos

Tipologia dos Eventos Desportivos	
N.º de Modalidades	Vertente
Unidesportivo	de Competição
	de Lazer
	de Formação
Multidesportivo	de Promoção
	de Recriação
	Entre outros (...)

Adaptado de Duarte, J. (2009). Organização e Gestão de Eventos. Dissertação de Licenciatura. Instituto Superior de Economia e Gestão – Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.

Estas vertentes surgem, segundo DaCosta (1986) de uma “(...) interpretação sobre o status do desporto moderno na sua funções sociais e necessidades individuais (educação, saúde, lazer, participação, comunitária, forma física, sentimento de bem-estar, amizade, felicidade, auto-realização e outras)”. Desta forma, o modelo FIN de DaCosta (1986), permite que cada uma das modalidades desportivas tenham uma dinâmica organizacional (Formal/Informal/Não Formal), com diferentes graus de desenvolvimento, com objetivos próprios e grupos-alvo específicos.

Já em relação à ocorrência dos eventos, estes podem ser permanentes (ocorre uma repetição ao longo do tempo), únicos (quando acontece somente uma vez), espontâneos (ocorrem de forma irregular, exemplo ocorre num ano, voltando a ocorrer ao fim de 2 anos) ou podem ainda ser eventos de oportunidade (acontecem inseridos noutro evento, por exemplo os mini eventos ou ações promocionais que os patrocinadores proporcionam durante um campeonato do mundo).

Os destinatários, como a palavra indica são o público-alvo do evento, definindo assim o mesmo. Neste sentido os eventos podem assumir diferentes públicos-alvo, nomeadamente: interno (quando é um evento exclusivo para uma organização), com um público específico (onde se segmenta quem pode participar no evento, através por exemplo da faixa etária, e/ou de outros aspectos), para um público em geral (o evento não tem quaisquer restrições) ou podem ser mistos (combinando características dos destinatários, anteriormente, mencionadas).

Todos os eventos são compostos por quatro fases: Desenvolvimento, Planeamento, Implementação/Operacionalização, Avaliação.

Fase de desenvolvimento tem duas variantes, caso o evento já exista ou não. Se não, é a altura de definirem qual o seu propósito, que tipologia, quais os objetivos, orçamentação inicial, pré-planeamento (ou seja definir quem irá fazer o quê). Caso já exista, é necessário responder a um caderno de encargos, também poderá ser necessário retificar pormenores de uma edição para a outra.

Fase de planeamento operacional passa-se das questões iniciais do desenho do evento para a organização, e a sequência das atividades e tarefas que antecedem o evento.

Fase de implementação/operacionalização são os poucos dias/horas que antecedem os eventos, em que todos os materiais desenvolvidos, já têm de estar finalizados e divididos pelas equipas para que a montagem ocorra sem percalços. É necessário nesta fase ter

especialmente atenção às redes de comunicação, logística, sinalética, segurança, participantes, bilheteria, espectadores e com os *stakeholders*/VIP.

Fase de avaliação embora esta seja caracterizada, maioritariamente, pela desmontagem e limpeza dos espaços, tem um propósito muito relevante que é fazer o balanço relativo ao processo total do evento, ou seja, tudo o que correu bem e mal nas fases anteriores e o que pode e/ou deve ser melhorado, tendo por base os dados recolhidos na elaboração das fases, sendo traduzidos com a criação de documentação de forma a permitir uma análise do grau de sucesso do evento, devendo ser partilhada com os parceiros.

As Autarquias podem utilizar esta “ferramenta” com efeito gerador de desenvolvimento desportivo e social. É um meio de dar visibilidade às modalidades e aos seus protagonistas, procurando alargar os interesses do público pelos eventos, melhorar a organização e o enquadramento dos mesmos, fazendo parcerias com entidades locais e associações desportivas, sendo uma excelente forma de incentivar os cidadãos para a prática desportiva e actividade física, promovendo a saúde e o bem-estar público, procurando dar garantias de um desenvolvimento equilibrado e sustentado do desporto, bem como elevar os padrões de qualidade do associativismo. Para isso é essencial adequar os eventos, à realidade local, tendo em conta a situação no momento, as características das modalidades, os objetivos dos eventos e as devidas adequações aos públicos-alvo.

1.3.5. Formação, Estudos e Documentos de Apoio

As alíneas c) e i) do segundo ponto do artigo 7.º da **Lei n.º 75/2013** de 12 de Setembro, diploma que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico, concede às Autarquias locais os domínios da educação e desenvolvimento, respetivamente, fazendo desta forma da formação dos seus cidadãos um aspecto fulcral na sua área de intervenção.

Num contexto, em Portugal a grande maioria das organizações desportivas vivem através de uma prática amadora, com uma componente muito forte de trabalho benévolo. Torna-se, assim, essencial que os dirigentes e os técnicos destas organizações, sejam dotados das melhores ferramentas (conhecimentos e documentação), com a finalidade de

conseguirem, não apenas, desempenhar as suas funções o melhor possível, mas até transcenderem a sua realidade com inovação e empreendedorismo.

As Autarquias locais têm na sua constituição, muitas vezes, pessoas formadas nas mais variadas áreas com interesse para essas organizações e/ou conhecimentos de pessoas/entidades locais e nacionais. Desta forma podem contribuir para o desenvolvimento do tecido associativo, promovendo formações, workshops, seminários, debates, entre outros, nas mais diversas áreas, por exemplo candidaturas a apoios públicos, a nível informático, gestão financeira, nível jurídico, entre outros.

1.3.6. Infraestruturas e equipamentos desportivos

1.3.6.1. Espaço Desportivo

Cunha (2007), citando John Bale (1989), “o desporto define e produz um espaço próprio, o local onde as práticas e as competições desportivas se desenvolvem, um espaço desportivo formal.

Segundo a **Lei n.º 39/2009**, de 30 de julho, (lei que veio revogar a **Lei n.º 16/2004**, de 11 de maio) a qual estabelece o regime jurídico do combate à violência, ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espetáculos desportivos, de forma a possibilitar a realização dos mesmos com segurança, define os seguintes espaços desportivos:

“Complexo Desportivo o conjunto de terrenos, construções e instalações destinadas à prática de uma ou mais modalidades, compreendendo os espaços reservados ao público e ao estacionamento de viaturas”. Possivelmente, o expoente máximo de um complexo desportivo a nível nacional será o Complexo Desportivo do Jamor.

“Recinto Desportivo – O local destinado à prática do desporto ou onde este tenha lugar, confinado ou delimitado por muros, paredes ou vedações, em regra com acesso controlado e condicionado”. Um bom exemplo seria um, simples, campo de ténis ou um campo polidesportivo.

“Área do Espetáculo Desportivo – A superfície onde se desenrola o espetáculo desportivo, incluindo as zonas de proteção definidas de acordo com os regulamentos da respectiva modalidade”. Os estádios de Futebol dos Clubes das divisões profissionais serão o melhor exemplo a nível nacional, onde os expoentes máximos são os estádios de Alvalade, Dragão e da Luz.

Perante esta definição de espaço desportivo, podem ser incluídos dentro deste conceito. Os espaços naturais e os espaços ao ar livre, que não sejam exclusivos para a prática desportiva, como por exemplo, praias, montanhas, rios, entre outros.

1.3.6.2. Instalações Desportivas

Segundo Cunha (2007), “As instalações desportivas identificam, no espaço urbano, os locais específicos de práticas desportivas realizadas em espaços delimitados. Elas localizam um tipo de atividades desportivas que se desenvolvem num determinado território. Pela função que desempenham e pela utilidade que as comunidades lhe conferem, assumem-se cada vez mais como um espaço próprio dentro das cidades e dos seus espaços de influência.” Tendo como principal objetivo integrar as características dos espaços naturais, para a prática desportiva em espaços artificiais, ou seja, criados pelo ser humano.

Sendo que a sua principal funcionalidade é oferecer a possibilidade de realizar uma prática desportiva num determinado local, permitindo que este seja realizado de uma forma contínua, podendo aumentar essa constância, com a sua cobertura e o seu devido apetrechamento, superando dessa forma os condicionalismos impostos pelo clima.

A União Europeia recomenda, através da **CED** (1992) no 3º ponto do artigo 4º - Instalações e Actividades diz-nos que:

“Dado que a prática do desporto depende, em parte, do número, da diversidade das instalações e da sua acessibilidade, cabe aos poderes públicos fazer a sua planificação global, tendo em conta as exigências nacionais, regionais e locais assim como as instalações públicas, privadas e comerciais já existentes. Os responsáveis tomarão medidas para permitir a boa gestão e a utilização plena das instalações, em toda a segurança.”

No **Decreto-Lei n.º 141/2009** de 16 de Junho (Decreto-lei que veio revogar **Decreto-Lei n.º 317/97** de 25 de Novembro), diploma que estabelece regime jurídico das instalações desportivas de uso público. independentemente da sua titularidade ser pública ou privada e visar ou não fins lucrativos, no seu 2º artigo (Noção de instalação desportiva) informa que no seu conceito fundamental: “... entende-se por instalação desportiva o espaço edificado ou conjunto de espaços resultantes de construção fixa e permanente, organizados para a prática de actividades desportivas, que incluem as áreas de prática e as áreas anexas para os serviços de apoio e instalações complementares.”

No artigo 5.º, relativo às tipologias de instalações desportivas, estas são organizadas do seguinte modo:

- a) Instalações Desportivas de Base que constituem o nível básico da rede de instalações para o desporto, subdividindo em recreativas e formativas;
- b) Instalações Desportivas Especializadas ou Monodisciplinares;
- c) Instalações Especiais para o Espetáculo Desportivo.

De forma detalhada, de cada um dos tipos de instalações, nomeadamente o edificado e as características, ver seguidamente a tabela n. º4.

O contributo que as Autarquias locais podem fazer para o desenvolvimento desportivo é conseguirem oferecer o maior número e diversidades de espaços e instalações desportivas aos seus cidadãos. Suprimindo deste modo as necessidades do seu território e apoiando o movimento associativo desportivo, assegurando que estas têm uma gestão cuidada a fim de se encontrarem em boas condições para o uso e prática desportiva. Sendo indispensável a divulgação das infraestruturas e as suas regras de utilização, tanto nos portais eletrónicos, cartas de desporto, bem como nos locais com a restante informação legal.

1.3.6.3. Georreferenciação

A georreferenciação, ou seja, um sistema de coordenadas de um mapa e/ou fotografias aéreas (e não só) do local, associado a outra informação pertinente para a prática desportiva, nomeadamente, tipologias, denominação, freguesia, proprietário e gestão, quais as marcações desportivas, número de balneários (quando aplicável), se tem ou não iluminação, o tipo de piso, áreas (comprimento, largura e altura), os equipamentos que tem (balizas, tabelas de basquete, rede de voleibol, rede de ténis, entre outras), bem como o estado geral (ou seja, em que condições se encontra, por exemplo: excelentes, muito boas, boas, razoáveis, más e/ou interdito, *etc.*)

Esta ferramenta, associada a uma app para dispositivos móveis e ao portal da autarquia, informando a georreferenciação dos equipamentos desportivos, permitindo ao utilizador, saber e marcar a sua ocupação horária e dando-lhe a possibilidade de reportar, quaisquer anomalias que a infraestrutura tenha sofrido. Permite uma melhor gestão por parte da Autarquia, como uma fácil perceção do que se encontra disponível para o cidadão.

Tabela 4 - Quadro Resumo da Tipologia das Instalações Desportivas

Denominação	Tipologia	Edificado	Características
Instalações Desportivas de Base	Recreativas	Recintos, pátios, minicampos e espaços elementares destinados a iniciação aos jogos desportivos, aos jogos tradicionais e aos exercícios físicos; Espaços e percursos permanentes, organizados e concebidos para evolução livre, corridas ou exercícios de manutenção. Salas e recintos cobertos, com área de prática de dimensões livres. As piscinas cobertas ou ao ar livre, de configuração e dimensões livres.	Destinam-se a actividades desportivas com carácter informal ou sem sujeição a regras imperativas e permanentes, no âmbito das práticas recreativas, de manutenção e de lazer activo.
	Formativas	Grandes campos de jogos (futebol, râguebi e hóquei em campo); Pistas de atletismo, em anel fechado, ao ar livre e com traçado regulamentar; Pavilhões desportivos e salas de desporto polivalentes; Pequenos campos de jogos, campos polidesportivos, campos de ténis e ringues de patinagem, ao ar livre ou com simples cobertura; Piscinas, ao ar livre ou cobertas, de aprendizagem, desportivas e polivalentes.	Destinam-se para a educação desportiva de base e actividades propedêuticas de acesso a disciplinas desportivas especializadas, para aperfeiçoamento e treino desportivo.
Instalações Desportivas Especializadas ou Monodisciplinares		Pavilhões e salas de desporto destinados e apetrechados para uma modalidade específica; Salas apetrechadas exclusivamente para desportos de combate; Piscinas olímpicas, piscinas para saltos e tanques especiais para actividades subaquáticas; Pistas de ciclismo em anel fechado e traçado regulamentar; Instalações de tiro com armas de fogo; Instalações de tiro com arco; Pistas e infra-estruturas para os desportos motorizados em terra; Instalações para a prática de desportos equestres; Pistas de remo e de canoagem e infra-estruturas de terra para apoio a desportos náuticos; Campos de golfe;	Especifica adaptação para a prática da modalidade correspondente
Instalações Especiais para o Espetáculo Desportivo		Estádios; Pavilhões multiusos desportivos; Estádios aquáticos e complexos de piscinas olímpicas; Hipódromos; Velódromos; Autódromos, motódromos, kartódromos e crossódromos; Estádios náuticos;	Instalações especiais para o espetáculo desportivo: Expressiva capacidade para receber público, meios de comunicação social e Infra-estruturas mediáticas; Usos associados a altos níveis de prestação desportiva; Incorporação de recursos materiais e tecnológicos
Espaços naturais de recreio e desporto	Não regula		Locais com condições naturais para a realização de certas actividades recreativas e desportivas sem que se imponha a sua especial adaptação ou arranjo material.

Adaptado de Cunha, L.M. (2007). Os Espaços do Desporto, Uma Gestão para o Desenvolvimento Humano

Decreto-Lei n.º 141/2009 de 16 de Junho

1.3.7. Programas e Atividades Desportivas

Com foi abordado, anteriormente, o artigo. ° 79 da **CRP**, estabelece que “todos têm direito à cultura física e ao desporto”, bem como na **Lei n.º 75/2013** de 12 de Setembro, as Autarquias têm a responsabilidade de promover e estimular a prática desportiva e a atividade física.

O contexto desportivo, quer no desporto formal de alta competição e do espetáculo desportivo, quer no desporto formal de competição e no desporto escolar, é por norma contexto seletivo, sendo que nos primeiros exemplos a grande maioria da população é excluída, nos dois últimos uma parte significativa é excluída também, seja por não apresentar a literacia motora e/ou condição física necessária, quer por não se identificar com o desporto padronizado e/ou o carácter competitivo.

A fim de cumprir o direito constitucional, as Autarquias devem, então, procurar desenvolver políticas desportivas, no âmbito do desporto para todos, através de projetos (programas e atividades desportivas) que, ou englobem todas as faixas etárias, ou específicos para uma determinada população-alvo. Sendo desejável que tenham uma aproximação à realidade do tecido associativo (mas não as sobrepondo, caso seja possível, que ocorra o *transfer* de participantes para o desporto desenvolvido pelas associações), mas que o foco principal seja aumentar a diversidade da oferta já existente.

1.3.8. Sistema Educativo

Nos últimos anos, as Autarquias locais têm vindo a cooperar mais com as escolas, nomeadamente, as pré-escolares e básicas, em grande parte devido às novas obrigações legais estabelecidas no segundo ponto do artigo 56.º **Decreto-Lei n.º 75/2008** de 22 de Abril (após as alterações do artigo 2.º do **Decreto-Lei n.º 137/2012** de 2 de Julho) documento que aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, afirma que “Os níveis de competência e de responsabilidade a atribuir são objeto de negociação entre a escola, o Ministério da Educação e Ciência e a câmara municipal, mediante a participação dos conselhos municipais de educação, podendo conduzir à celebração de um contrato de autonomia (...)” continuando no artigo 57.º do **Decreto-Lei n.º 75/2008** de 22 de Abril “Por contrato de autonomia entende-se o acordo celebrado entre a escola, o Ministério da Educação e Ciência, a câmara municipal e, eventualmente, outros parceiros da comunidade interessados, através do qual se definem

objetivos e se fixam as condições que viabilizam o desenvolvimento do projeto educativo apresentado pelos órgãos de administração e gestão de uma escola ou de um agrupamento de escolas.”.

Constantino (2006) “a escola é, de facto, um contributo inestimável e indispensável à elevação da condição física da juventude e esta, um suporte essencial à evolução do valor desportivo de um país”. Acrescenta ainda “a evolução desportiva será sempre proporcional ao que for a evolução físico-motora da sua população infanto-juvenil, nisto compreendendo a sua literacia motora, o desenvolvimento das capacidades e qualidades física gerais (...)”.

Seguramente já ouviram o ditado: "é de pequenino que se torce o pepino".

De facto é de pequeno, que se deve ter o cuidado com a educação, longo processo de aprendizagem, para o desenvolvimento harmónico do ser humano nos seus aspectos intelectual, moral e físico e a sua inserção na sociedade. Assim sendo, cabe às Autarquias, no seu papel aglutinador, de políticas de proximidade com os seus municípios, estabelecer todas as condições necessárias para um bom desenvolvimento do ensino onde se insere a “educação física e desporto” no seu território, (desde material desportivo, aos professores de desporto, transportes, entre outros), tendo também de estabelecer a ponte entre as escolas e as associações desportivas locais, permitindo assim um vasto leque de experiências desportivas, que dificilmente toda a população escolar teria, bem como facilitar a captação de talentos por parte das associações desportivas e clubes.

2. Contexto Legal

O contexto legal é formado por todas as Leis e Decretos-Lei que regem as áreas que uma entidade intervém. Neste caso concreto, serão salientados os documentos que regem a atividade das Autarquias locais num âmbito desportivo.

A um nível macro, existem três documentos que determinam todas as áreas, bem como estabelecem as bases para a restante documentação:

- Constituição da República Portuguesa, disponível em:

<https://dre.pt/legislacao-consolidada/-/lc/34520775/view>;

- Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto, disponível em:

<https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/58896796/view?consolidacaoTag=Desporto>

•Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro – “Estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico” disponível em:

<https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/500023/details/maximized>.

Num nível mais específico no **âmbito das infraestruturas e espaços desportivos**, são regidos por dois documentos:

•Lei n.º 39/2009, de 30 de julho – “Estabelece o regime jurídico do combate à violência, ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espetáculos desportivos, de forma a possibilitar a realização dos mesmos com segurança”, disponível em:

<https://dre.pt/web/guest/legislacaoconsolidada/-/lc/74901127/201711030506/diploma/1?p=indice>

•Decreto-Lei n.º 317/97 de 25 de novembro – “É criado o regime de instalação e funcionamento das instalações desportivas de uso público”, disponível em:

<https://dre.pt/pesquisa/-/search/406565/details/maximized>

Em relação aos **espetáculos e divertimentos públicos**, são regidos por um documento:

•Decreto Regulamentar n.º 34/95 de 16 de dezembro – “Aprova o Regulamento das Condições Técnicas e de Segurança dos Recintos de Espectáculos e Divertimentos Públicos”, disponível em: <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/634904/details/maximized>

•Decreto-lei n.º 310/2002 de 18 de dezembro – “Regula o regime jurídico do licenciamento e fiscalização pelas câmaras municipais de actividades diversas anteriormente cometidas aos governos civis” disponível em: <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/405693/details/normal?q=Decreto-Lei+n.%C2%BA%20310%2F2002%2C%20de+18+de+Dezembro>

Em relação ao **espaço marítimo nacional**, são regidos por dois documentos e por planos:

•Lei n.º 17/2014 de 10 de abril – “estabelece as Bases da Política de Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo Nacional” disponível em: <https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/69897360/view?q=Lei+n.%C2%BA%2017%2F2014+de+10+de+abril>

•Decreto-Lei n.º 38/2015 de 12 de março – “desenvolve a Lei n.º 17/2014, de 10 de abril, que estabelece as Bases da Política de Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo

Nacional (LBOGEM)” disponível em: <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/66727183/details/normal?q=Decreto-Lei+n.%C2%BA%2038%2F2015+de+12+de+mar%C3%A7o>

- Decreto-Lei n.º 159/2012 de 24 de julho – “Regula a elaboração e a implementação dos planos de ordenamento da orla costeira.” Disponível em: https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/69738101/201907171437/diploma?p_p_state=maximized&did=69828951&rp=indice

- Despacho n.º 14449/2012 de 30 de outubro – “Determina a publicação do trabalho desenvolvido pela equipa multidisciplinar constituída ao abrigo do despacho n.º 32 277/2008 e extingue a referida equipa.” Disponível em: <https://dre.pt/pesquisa-avancada/-/asearch/1476004/details/maximized?serie=II&search=Pesquisar&ano=2012&perPage=100&types=DR&dreId=722182>

- Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo (POEM) – “instrumento de planeamento e ordenamento espacial” disponível em:

<https://www.dgpm.mm.gov.pt/ordenamento-e-maritimo>

- Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) – “instrumento enquadrador para a melhoria, valorização e gestão dos recursos presentes no litoral” disponível em:

<https://www.apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=7&sub2ref=10&sub3ref=94>

Para os **clubes desportivos** participantes nas **competições profissionais**:

- Decreto-Lei n.º 10/2013 de 25 de Janeiro – “Estabelece o regime jurídico das sociedades desportivas a que ficam sujeitos os clubes desportivos que pretendem participar em competições desportivas profissionais”, disponível em:

https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/108076195/view?p_p_state=maximized

Em relação as novas competências das **autarquias no sistema de ensino básico e pré-escolar**:

- Decreto-Lei n.º 75/2008 de 22 de Abril – “Aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário”, disponível em:

https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/34457775/view?p_p_state=maximized

Existem ainda documentos, não exclusivos ao **contexto** nacional, mas sim, **européu ou até Mundial**, que procuram estabelecer **linhas gerais para o desenvolvimento desportivo**, nomeadamente;

- Carta Europeia do Desporto (2001), disponível em:

<https://rm.coe.int/16804c9dbb>

- Carta Olímpica Internacional (2018), disponível em:
https://stillmed.olympic.org/media/Document%20Library/OlympicOrg/General/EN-Olympic-Charter.pdf#_ga=2.153845688.1693794859.1563371186-602501737.1563371186
- Livro Branco para o Desporto (Europeu) (2007), disponível em:
<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A52007DC0391>
- Linhas Guia de Atividade Física da União Europeia disponível em:
http://ec.europa.eu/assets/eac/sport/library/policy_documents/eu-physical-activity-guidelines-2008_en.pdf
- Eurobarómetro 472 – Atividade Física e Desporto, disponível em:
https://data.europa.eu/euodp/data/dataset/S2164_88_4_472_ENG
- Fichas técnicas da atividade física dos Países Europeus (OMS e EU), disponível em:
<http://www.euro.who.int/en/health-topics/disease-prevention/physical-activity/data-and-statistics/physical-activity-fact-sheets/physical-activity-country-fact-sheets>

3. Contexto Institucional

3.1. Caracterização do Concelho

3.1.1. Identificação

O Município de Oeiras encontra-se em Portugal Continental (NUTS I), faz parte da AML (NUTS II) e do Distrito de Lisboa.

A AML, atualmente é composta por 18 concelhos (figura 1), regista a maior concentração populacional (residem perto de 3 milhões de habitantes, ou seja, cerca de um quarto da população portuguesa) e é ao nível económico de Portugal, onde se concentra, aproximadamente, cerca de 36% do PIB nacional. Tendo 25% da população ativa nacional, com cerca 30% das empresas nacionais, 33% do emprego nacional.



Fonte: Infinito's

Figura 1 – AML e os seus Concelhos

O Concelho de Oeiras possui uma área aproximada de 46 Km², distribuída por 10 freguesias (figura 2), situando-se na margem norte do rio Tejo, tendo como concelhos limítrofes a norte e noroeste o Concelho de Sintra, a norte o Concelho da Amadora, a este o Concelho de Lisboa, a oeste o Concelho de Cascais, sendo que a sul é limitado pelo rio Tejo, com uma frente ribeirinha com extensão de aproximadamente 9 Km.



Figura 2 – Mapa das Freguesias do Concelho de Oeiras Anterior Lei n.º 11/A/2013

Desde 2013, com a reorganização administrativa do território das freguesias da **Lei nº 11-A/2013** de 28 de janeiro, passou para 5 freguesias (figura 3), nomeadamente, UF de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, UF de Carnaxide e Queijas, UF de Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, e as freguesias de Barcarena e de Porto Salvo.

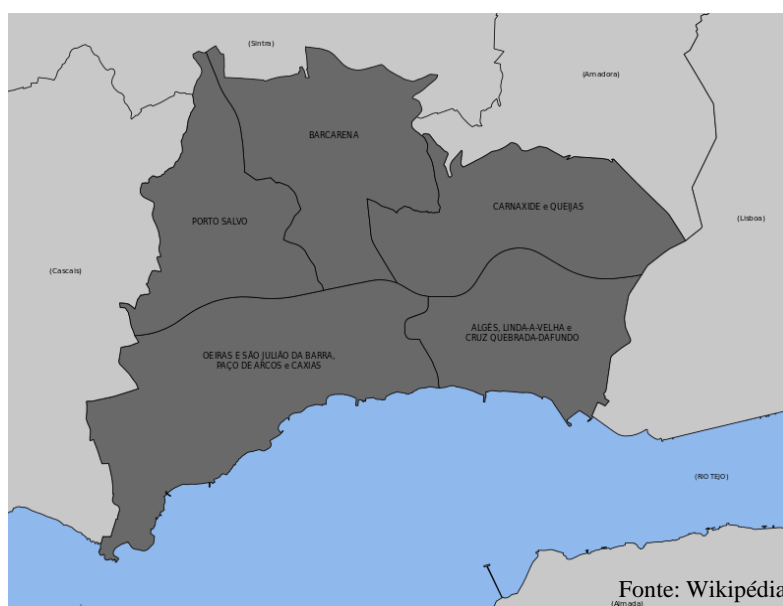


Figura 3 – Mapa das Freguesias do Concelho de Oeiras Posterior Lei n.º 11/A/2013

3.1.2. Clima

A localização geográfica do Concelho de Oeiras confere-lhe um clima temperado mediterrânico, oscilando para um clima temperado mediterrânico de feição atlântica.

O clima temperado mediterrânico é caracterizado no verão por ser quente e seco, no inverno ameno e chuvoso. Por outro lado, o clima temperado mediterrânico de feição atlântica tem um verão moderado, enquanto o inverno é suave e húmido.

A maior média mensal de precipitação verifica-se nos meses de novembro com valores superiores a 100 mm, já a mínima corresponde aos meses de julho e agosto.

Relativamente ao regime de ventos, este tem uma predominância de Norte, oscilando entre Noroeste, Norte e Nordeste. No entanto, maioritariamente de verão, verificam-se ventos de Sudoeste, onde são atingidos os valores da velocidade média mais altos.

3.1.3. Caracterização Sociodemográfica

A evolução demográfica do Concelho de Oeiras, encontra-se com um crescimento da população residente de 6,2% (valor referente aos últimos censos nacionais, anos 2001 e 2011) o que se traduz num aumento de 9.992 novos residentes. Este crescimento verificou-se na linha de crescimento que ocorreu na AML, no mesmo período, com 6%, ou seja, um aumento de 160.026 novos residentes (ver tabela 5).

Tabela 5 – Evolução da População Residente da AML

	2001	2011	Δ11/01
ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA	2661850	2821876	6,0%
ALCOCHETE	13010	17569	35,0%
ALMADA	160825	174030	8,2%
AMADORA	175872	175136	-0,4%
BARREIRO	79012	78764	-0,3%
CASCAIS	170683	206479	21,0%
LISBOA	564657	547733	-3,0%
LOURES	199059	205054	3,0%
MAFRA	54358	76685	41,1%
MOITA	67449	66029	-2,1%
MONTIJO	39168	51222	30,8%
ODIVELAS	133847	144549	8,0%
OEIRAS	162128	172120	6,2%
PALMELA	53353	62831	17,8%
SEIXAL	150271	158269	5,3%
SESIMBRA	37567	49500	31,8%
SETÚBAL	113934	121185	6,4%
SINTRA	363749	377835	3,9%
VILA FRANCA DE XIRA	122908	136886	11,4%

Fonte: PORDATA

Durante o período em referência (2001 a 2011) no Concelho de Oeiras, verificou-se que o valor que mais aumentou foi na população residente com idades superiores a +75 anos, com o valor de 56%, ou seja, um aumento de 5.424 residentes. No outro extremo, a maior diminuição foi na faixa etária dos 20-24 anos, com o valor -34%, o que se traduz por uma perda de 4.373 residentes. É de salientar que das 16 faixas etárias, apenas cinco é que verificaram uma redução da população residente, das quais três são referentes aos jovens e jovens adultos (15-19 anos; 20-24 anos e 25-29 anos). Observa-se ainda, em contraste, a população sénior foi a que mais cresceu com quatro faixas etárias, todas com valores superiores a 20% (ver tabela 6).

Tabela 6 – Evolução da População Residente do Concelho de Oeiras por Idades

		2001	2011	$\Delta 11/01$
FAIXAS ETÁRIAS	0-04	7670	8930	16%
	05-09	7354	9139	24%
	10-14	7661	8490	11%
	15-19	9506	8100	-15%
	20-24	12806	8433	-34%
	25-29	13581	10132	-25%
	30-34	11417	13128	15%
	35-39	11165	14828	33%
	40-44	11076	12275	11%
	45-49	12004	11271	-6%
	50-54	13366	10807	-19%
	55-59	11282	11339	1%
	60-64	9087	12279	35%
	65-69	8088	10023	24%
	70-74	6433	7890	23%
	+75	9632	15056	56%
	Total	162128	172120	6%

Fonte: PORDATA

Com uma análise mais cuidada à tabela 6, tendo em conta os 10 anos que passaram de um censo para o outro, observa-se todas as gerações acrescem 10 anos, ou seja a geração dos 0-04 nos censos 2001 corresponde à faixa etária dos 10-14 nos censos 2011. Conclui-se assim que o número dos residentes cresce até a faixa etária 35-39, tendo registado o maior aumento, cerca de 11%, para faixa etária correspondente aos 10-14 anos (censos 2011). Apenas começa a decair na geração 50-54 (censos 2011) atingindo a maior queda a partir da faixa etária 65-69 anos (ver tabela 7).

Tabela 7 – Evolução da População Residente do Concelho de Oeiras após 10 anos

Faixa Etárias 2001 / 2011	2001	2011	Δ01/11
0-04 / 10-14	7670	8490	11%
05-09 / 15-19	7354	8100	10%
10-14 / 20-24	7661	8433	10%
15-19 / 25-29	9506	10132	7%
20-24 / 30-34	12806	13128	3%
25-29 / 35-39	13581	14828	9%
30-34 / 40-44	11417	12275	8%
35-39 / 45-49	11165	11271	1%
40-44 / 50-54	11076	10807	-2%
45-49 / 55-59	12004	11339	-6%
50-54 / 60-64	13366	12279	-8%
55-59 / 65-69	11282	10023	-11%
60-64 / 70-74	9087	7890	-13%
65-69 / +75	8088		
70-74 / +75	6433	15056	-38%
+75 / +75	9632		

Fonte: PORDATA

3.1.4. Densidade Populacional

A densidade populacional é calculada através da fração do número de habitantes pela área territorial (expressa neste caso em quilómetros quadrados, km²), sendo que a densidade é expressa por habitantes por quilómetro quadrado, hab/km².

No último ano dos Censos, 2011, o Concelho de Oeiras é o quarto mais pequeno em termos de área da AML, com apenas 46 km², tendo, somente, maior área que os concelhos da Amadora, Odivelas e Barreiro. Já relativo ao número de habitantes é o sétimo mais populoso da AML, com 172.120 habitantes (ver tabela 8).

Tabela 8 – Densidade Populacional da AML

	HABITANTES (CENSOS 2011)	ÁREA (KM2)	DENSIDADE (HAB/KM2)
ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA	2821876	3015	936
AMADORA	175136	24	7297
LISBOA	547733	100	5477
ODIVELAS	144549	27	5354
OEIRAS	172120	46	3742
ALMADA	174030	70	2486
BARREIRO	78764	36	2188
CASCAIS	206479	97	2129
SEIXAL	158269	95	1666
LOURES	205054	167	1228
MOITA	66029	55	1201
SINTRA	377835	319	1184
SETÚBAL	121185	230	527
VILA FRANCA DE XIRA	136886	318	430
MAFRA	76685	292	263
SESIMBRA	49500	196	253
MONTIJO	51222	349	147
ALCOCHETE	17569	128	137
PALMELA	62831	465	135

Fonte: PORDATA

Ao determinar a densidade populacional, verifica-se que o Concelho de Oeiras é o quarto mais populacional da AML, ficando apenas atrás do Concelhos da Amadora, de Lisboa e de Odivelas, que estabelecem o top 3 por essa ordem.

3.1.5. Poder de compra

O poder de compra, ou PIB (Produto Interno Bruto) *per capita* tem o valor de referência nacional de 100, representando o valor produzido pelo país. Sempre que o valor for acima dos 100, significa que naquele Concelho produz-se mais do que em relação à média nacional, por sua vez quanto menor for, menor é a riqueza produzida.

De forma a conseguir compreender o que o valor do Concelho de Oeiras representa, foi comparado com os restantes municípios da AML, tendo sido analisados os valores publicados pelo INE e pela PORDATA, com referentes a um período de nove anos, 2007, 2009, 2011, 2013 e 2015.

Tabela 9 – Poder de Compra dos Concelhos da AML

	2007	2009	Δ09/07	2011	Δ11/09	2013	Δ13/11	2015	Δ15/13
ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA	136,9	134,2	-2%	131	-2%	125,1	-5%	124,7	0%
LISBOA	235,7	232,5	-1%	216,9	-7%	207,9	-4%	214,5	3%
OEIRAS	173	185,3	7%	193,7	5%	180,7	-7%	157,1	-13%
CASCAIS	155,7	150,6	-3%	132	-12%	125,6	-5%	122,7	-2%
ALCOCHETE	144,8	132,6	-8%	123,5	-7%	115,3	-7%	118,3	3%
ALMADA	121,4	122,2	1%	109,8	-10%	107,4	-2%	109,7	2%
SETÚBAL	113	109	-4%	107,3	-2%	105,9	-1%	107,6	2%
AMADORA	114,7	115,8	1%	105,7	-9%	103,6	-2%	103,9	0%
BARREIRO	107,5	104,9	-2%	100,2	-4%	100,5	0%	101,9	1%
MONTIJO	137,6	136,9	-1%	104	-24%	102,8	-1%	101,4	-1%
VILA FRANCA DE XIRA	112	103,1	-8%	100,9	-2%	98,2	-3%	99,8	2%
LOURES	111,6	121,6	9%	102,4	-16%	92	-10%	97,9	6%
PALMELA	104	102,8	-1%	100	-3%	96,9	-3%	97,5	1%
MAFRA	109,9	109,7	0%	101,6	-7%	96,9	-5%	96,4	-1%
SINTRA	98,2	93,3	-5%	101,3	9%	99,1	-2%	96	-3%
SESIMBRA	100,7	94,9	-6%	96,1	1%	93,6	-3%	91,9	-2%
SEIXAL	96,1	93,2	-3%	94,1	1%	92	-2%	91,7	0%
ODIVELAS	98,7	94,2	-5%	91,9	-2%	90,6	-1%	90,3	0%
MOITA	84	81,4	-3%	81,3	0%	81	0%	83,2	3%

Fonte: PORDATA

Na tabela 9, verifica-se que embora o Concelho de Oeiras tenha perdido algum poder de compra em relação aos anos anteriores, tendo em conta este período de 2007 a 2015, nove anos, onde o melhor período financeiro foi no ano 2011, atingido um valor de 193,7. Não se pode descontextualizar estes números, pois durante a parte final deste período Portugal encontrava-se a passar por uma crise financeira, tendo começado em 2010 e só recentemente, 2018 conseguiu ultrapassar o melhor resultado histórico desde 1995.

No entanto, há que salientar que o Concelho de Oeiras se encontra na segunda posição, somente atrás do Concelho de Lisboa do volume do PIB. Conseguindo ter um valor bem acima da média nacional.

3.2. Contexto Desportivo

3.2.1. Instalações no Concelho

Segundo a base de dados de equipamentos desportivos de 15 de dezembro de 2017, atualizada a 16 de fevereiro de 2018, foram contabilizadas no total 401 equipamentos desportivos no Concelho de Oeiras (ver tabela 9).

Tabela 10 – Equipamentos Desportivos no Concelho de Oeiras

TIPOLOGIA	NÚMERO
INSTALAÇÕES DESPORTIVAS DE BASE RECREATIVA	65
INSTALAÇÕES DESPORTIVAS DE BASE FORMATIVA	299
INSTALAÇÕES DESPORTIVAS ESPECIALIZADAS OU MONODISCIPLINARES	33
INSTALAÇÕES DESPORTIVAS ESPECIAIS PARA O ESPECTÁCULO DESPORTIVO	4
TOTAL	401

Fonte: CMO, 2018

Estas instalações desportivas encontram-se distribuídas pelo território do município. Contudo, pode-se observar que a grande maioria das instalações estão situadas nas UF ALCQD e UF OJPC, 128 (39%) e 128 (32%) respetivamente, ou seja, 71% (286) do total das 401 instalações (ver figura 4).

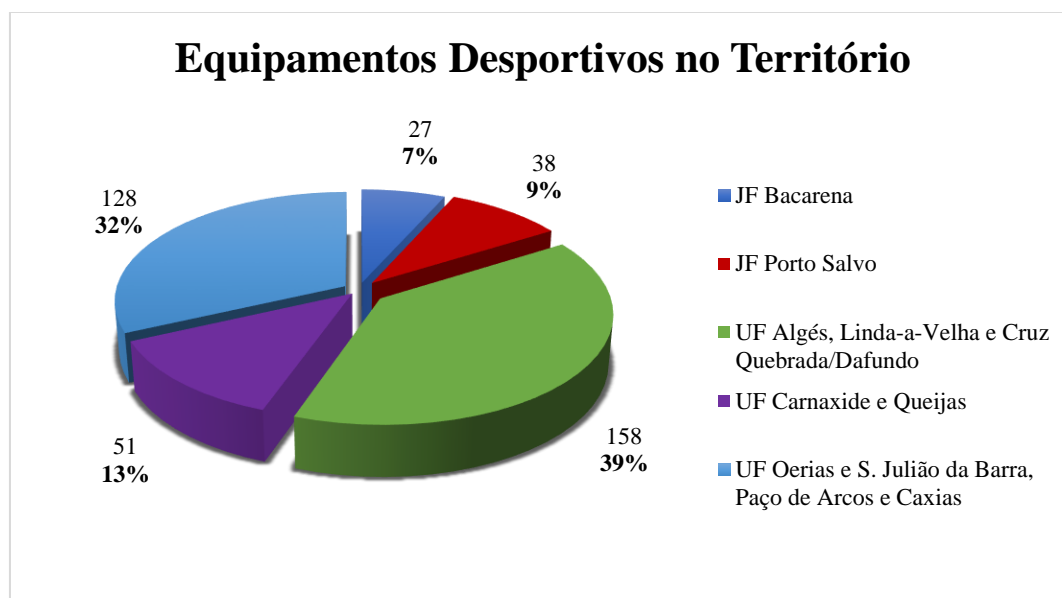


Figura 4 – Distribuição dos Equipamentos Desportivos no Território

É necessário salientar que nas 401 instalações, estão contempladas instalações privadas e públicas. Esta diferenciação deverá ser feita, uma vez que os custos para o acesso das mesmas são diferentes, sendo que as públicas têm custos, na maioria das situações, simbólicos de forma a manter o seu funcionamento. Tendo sido contabilizadas 192 ($\approx 48,9\%$) instalações públicas, divididas por escolas (60) /universidades públicas (3), pelo IPDJ (60), pela UF OJPC (1) e, por fim, pertencentes à CMO (68), (ver tabela 10).

Tabela 11 – Equipamentos Desportivos da Propriedade CMO

<i>Tipologia</i>	<i>Número</i>
Instalações Desportivas de Base Formativa	20
<i>Campo de Ténis</i>	3
<i>Campo Polidesportivo</i>	3
<i>Grande Campo de Jogos - Futebol</i>	2
<i>Grande Campo de Jogos - Futebol 7</i>	1
<i>Pavilhão Desportivo</i>	4
<i>Piscina Coberta</i>	5
<i>Sala de Desporto</i>	2
Instalações Desportivas de Base Recreativa	43
<i>Campo de Ténis</i>	1
<i>Campo Polidesportivo</i>	28
<i>Espaços e percursos permanentes - Passeio marítimo</i>	9
<i>Espaços e percursos permanentes, desportos de deslize e corrida recreativa</i>	1
<i>Piscina ao Ar Livre</i>	1
<i>Salas e Recintos Cobertos</i>	2
<i>Skate Parque</i>	1
Instalações Desportivas Especializadas ou Monodisciplinares	4
<i>Infra-estruturas de terra para apoio a desportos náuticos</i>	1
<i>Outras Instalações Desportivas</i>	2
<i>Pista de Atletismo Simplificada</i>	1
Instalações Desportivas Especiais para o Espectáculo Desportivo	1
<i>Estádio</i>	1
Total	68

Fonte: CMO, 2018

Das instalações que a CMO tem, 28 são geridas pela própria, 15 encontram-se geridas pela Oeiras Viva E.M. (Empresa Municipal), 13 estão sobre a alçada das JF ou UF, sendo que as restantes 12 foram cedidas a Associações Desportivas.

3.2.2. Associações Desportivas

O Relatório Associativismo Oeiras 2017 (RAO 17), contém dados relativos à época desportiva 2016-2017 e menciona a existência de um universo de 66 associações desportivas sediadas no Concelho de Oeiras. No entanto, apenas 58 coletividades é que forneceram informação relativas às suas atividades (ver anexo 1).

Estas informações são transmitidas à DD da CMO, através do preenchimento do formulário de candidatura a apoios ao associativismo desportivo de Oeiras, que o Município disponibiliza na plataforma on-line (<http://ofertadesportiva.cm-oeiras.pt/>).

Atualmente, é possível verificar que existem 72 coletividades registadas, no entanto, os dados apurados, são referentes às 58 entidades presentes no RAO 17. Estas encontram-se distribuídas pelo território do Município, verificando-se que existe uma maior predominância das coletividades estarem sediadas na UF OJPC (28%), (ver figura 5).

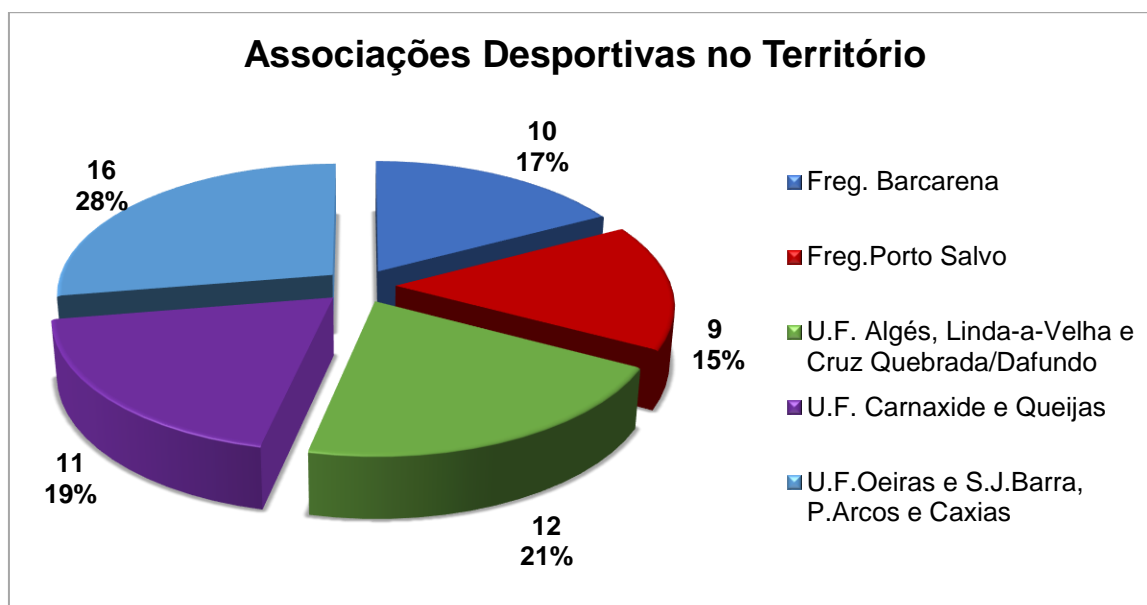


Figura 5 – Distribuição das Coletividades no Território

Relativamente à tipologia das associações desportivas, estas podem ser monodisciplinares, caso disponibilizem apenas uma modalidade, ou pluridisciplinares, quando oferecem a prática de duas ou mais modalidades.

Observa-se que na grande maioria das entidades desportivas no Concelho de Oeiras, 40 coletividades são pluridisciplinares, enquanto apenas 18 são monodisciplinares, (ver figura 6).

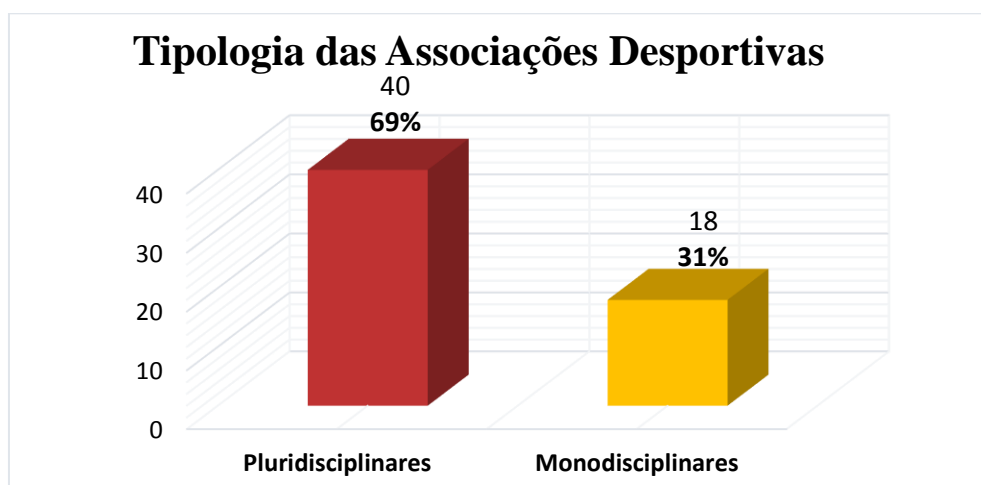


Figura 6 – Tipologia das Coletividades de Oeiras

3.2.2.1. Modalidades

Relativamente à prática desportiva, as modalidades podem ser divididas em duas tipologias, modalidades desportivas coletivas ou modalidades desportivas individuais. Ao aplicar esta metodologia na informação das modalidades reportadas pelas entidades no RAO 17, observa-se que a vasta maioria, 54 modalidades desportivas são individuais, representando 84% do universo, ou seja, das 64 modalidades desportivas reportadas, (ver figura 7).

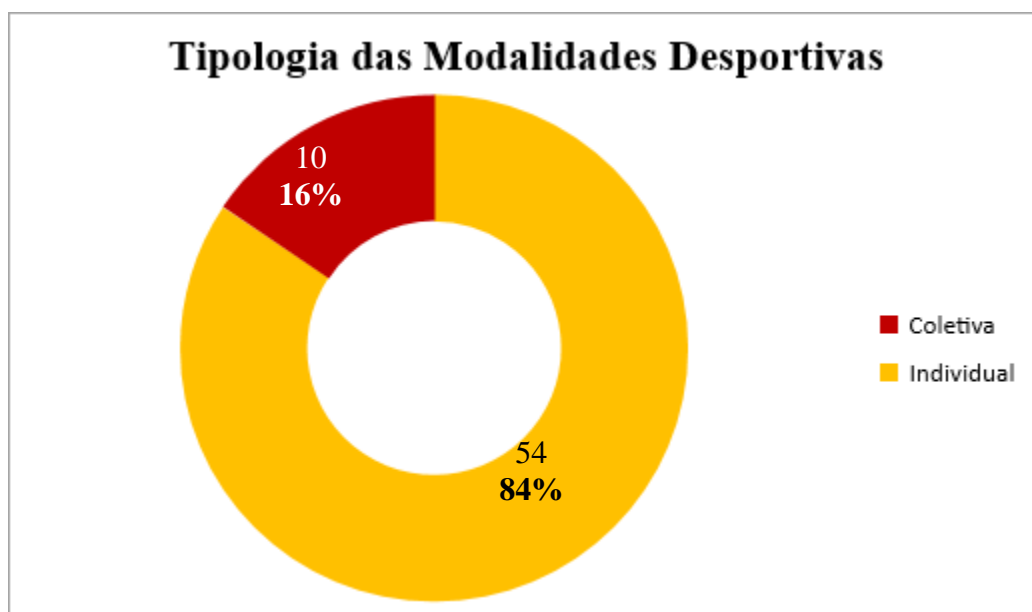


Figura 7 – Modalidades Desportivas por Tipologia

As associações desportivas, disponibilizam um universo de 226 modalidades, onde o top três das modalidades mais oferecidas são, Atletismo com 18 coletividades, Karaté disponibilizada por 16 coletividades e a modalidade de Futsal a ser disponibilizada por 14 coletividades, no outro extremo existem 20 modalidades que são promovidas, cada uma delas por uma coletividade, (ver anexo 2).

3.2.2.2. Atletas

As 58 associações desportivas reportaram, no total, 15.535 atletas, o que representam cerca 9% da população residente no Concelho de Oeiras segundo o Censos 2011. Na perspetiva do sexo, uma grande parte deste total é masculina com 9.406 atletas ($\approx 61\%$) enquanto o sexo feminino corresponde a 6.129 atletas ($\approx 39\%$). Por faixa etária, os valores reportados são divididos em seis faixas etárias: 0-9 anos, 10-14 anos, 15-18 anos, 19-35 anos, 36-64 anos e +64 anos.

O facto de serem estas faixas etárias e não seguirem os escalões utilizados pela maioria dos desportos (a cada dois anos após os 6 anos de idade), é deste modo possível verificar a evolução da formação num período maior e semelhante, pois numa modalidade a diferença nos processos de aprendizagem abaixo dos 10 anos, tem como principal foco, a aprendizagem dos gestos técnicos e introdução das regras do jogo, incluindo o próprio jogo, numa perspetiva mais lúdica. Por outro lado, a partir dos 15 anos, os atletas já percebem o jogo e as suas regras, surge a maturação dos gestos técnicos. Sendo que após os 19 anos, os atletas procuram essencialmente a otimização dos gestos técnicos, a procura do máximo rendimento possível. Após os 36 anos, o rendimento deixa de ser o foco e passa a ser, essencialmente, a manutenção física, a qualidade de vida e os índices de saúde.

Dos 0-9 anos corresponde a 17,2% (com 2.674 atletas) do valor total dos atletas (42% sexo feminino e 58% masculino), 10-14 anos, detém o valor mais alto, 22,6% (com 3.516 atletas) ($\approx 39\%$ sexo feminino e $\approx 61\%$ masculino), 15-18 anos, com 15,3% (com 2.377 atletas) ($\approx 31\%$ sexo feminino e $\approx 69\%$ masculino), 19-35 anos, representa 19,8% (com 3.079 atletas) ($\approx 42\%$ sexo feminino e $\approx 58\%$ masculino), 36-64 anos, com 20,3% (com 3.146 atletas) (40% sexo feminino e 60% masculino) e por fim +64 anos, apresenta o valor com 4,8% (com 743 atletas) ($\approx 46\%$ sexo feminino e $\approx 54\%$ masculino).

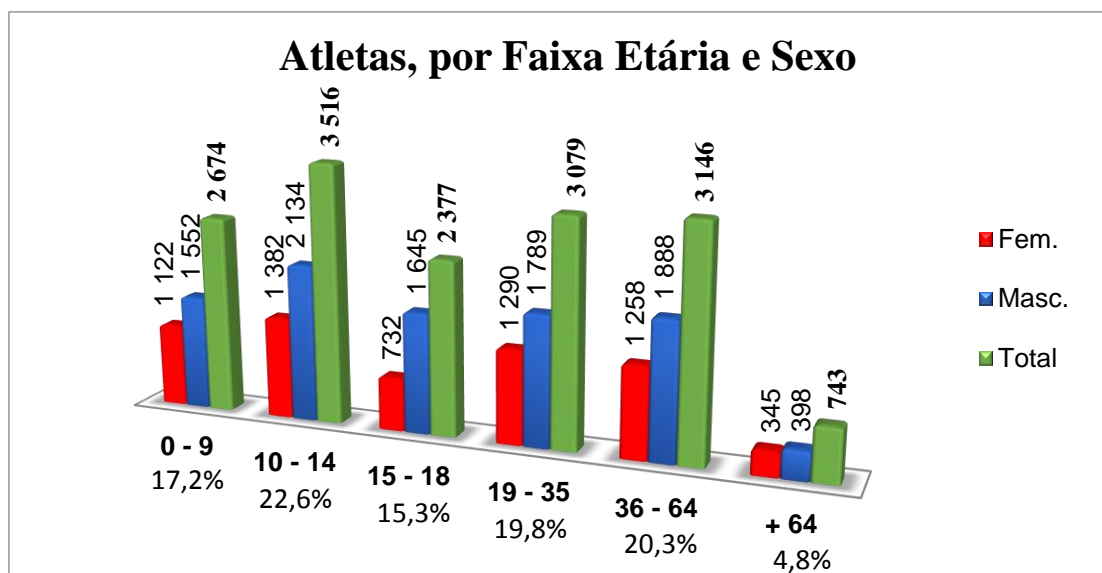


Figura 8 – Atletas por Sexo e Faixa Etária

3.2.2.3. *Técnicos e Dirigentes*

3.2.2.3.1. *Treinadores*

Entende-se por técnicos, todos os treinadores, professores e/ou monitores que lecionam e/ou acompanham as modalidades desportivas. Foram reportados a existência de 594 técnicos, estes foram analisados pelas suas qualificações, bem como a distribuição por sexo.

Em relação às qualificações, foram estabelecidas três categorias, licenciatura em desporto, cédula de treinador e outros tipos de formação. Observa-se que a grande maioria dos técnicos tem uma licenciatura em desporto ou a cédula de treinador, com mais de metade dos técnicos a ter a cédula de treinadores, 524 dos 594, representando aproximadamente 88% do universo (ver figura 9).

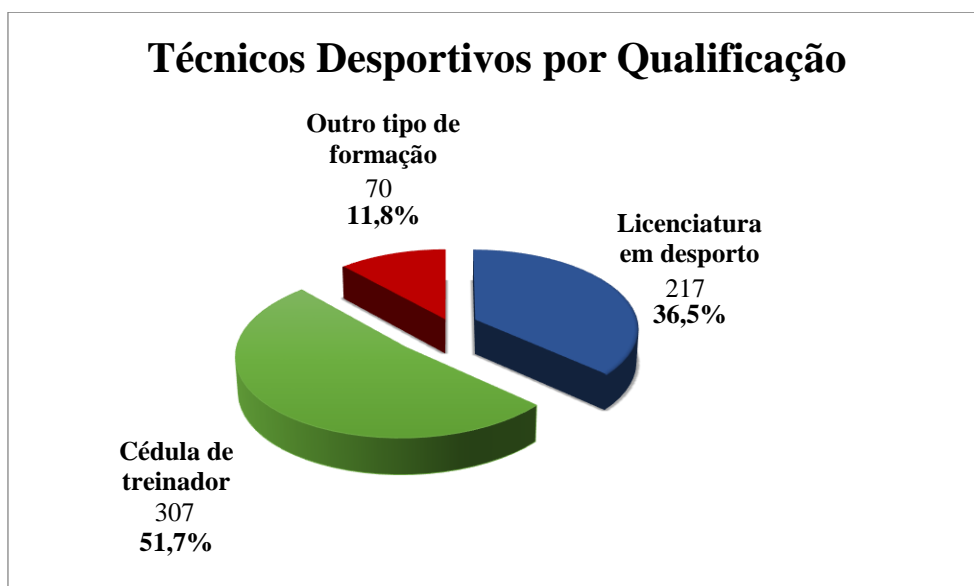


Figura 9 – Qualificação dos Técnicos Desportivos

Ao calcular o rácio dos atletas (15.535) pelos técnicos (594), verifica-se que existem, aproximadamente, 26 atletas para cada técnico.

Em termos de sexo, cerca de 80% são do sexo masculino, correspondendo a 478 técnicos. O sexo feminino apresenta, aproximadamente 20% do universo, com 116 técnicas desportivas (ver figura 10).

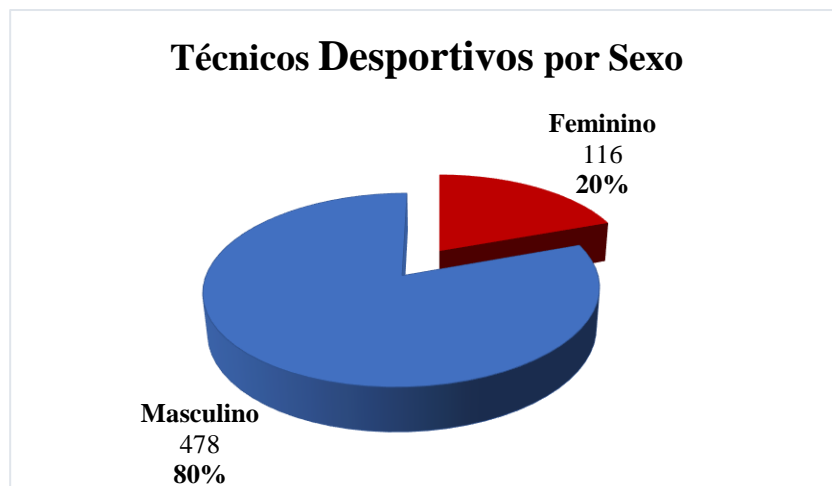


Figura 10 – Técnicos Desportivos por Sexo

3.2.2.3.2. Dirigentes

Os dirigentes desportivos são considerados todos os membros dos órgãos das associações desportivas, nomeadamente, Direções, Assembleias Gerais e Conselho Fiscais. Foram contabilizados, no total 792 dirigentes, onde a grande maioria são do sexo masculino, cerca 78%, representando 614 dirigentes, (ver figura 11).

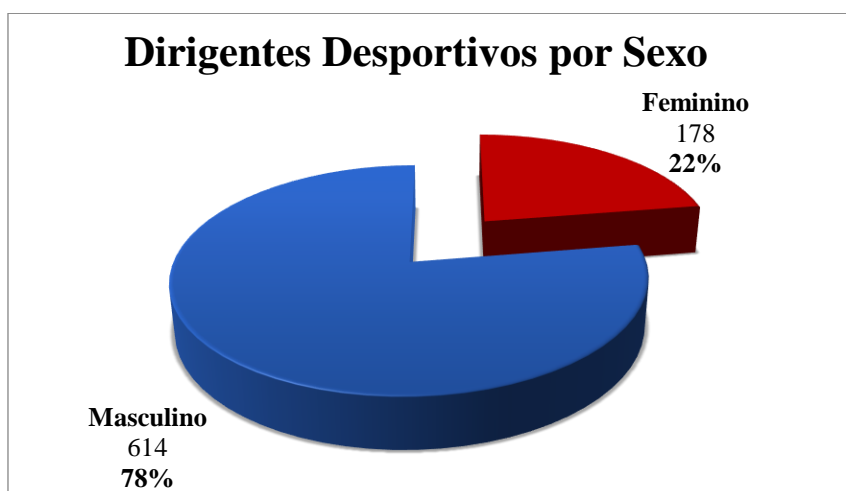


Figura 11 – Dirigentes Desportivos por Sexo

Para compreender qual o impacto que os dirigentes representam, é necessário realizar o rácio dos atletas por dirigentes. Verifica-se que um dirigente está para, aproximadamente, 20 atletas.

3.3. Câmara Municipal de Oeiras

A CMO divide-se na sua estrutura orgânica em três direções municipais, cada uma delas tem um foco específico, a organização em si, o território do município ou as pessoas do município. Cada direção é subdividida em departamentos, os quais são constituídos por divisões e unidades. Por fim as divisões maiores podem conter, também unidades, (ver anexo 3).

3.3.1 Contexto de Natureza Funcional

A dimensão da estrutura organizacional da CMO, pode ser classificada num ponto de vista da sua complexidade, por uma diferenciação horizontal com dois vetores, especialização e departamentalização. A especialização está relacionada com o foco de cada direção municipal e a departamentalização com os departamentos, divisões e as unidades, existindo basicamente tem três níveis (embora em algumas situações existe um quarto nível) é possível diferenciar a um nível vertical, como sendo uma estrutura *tall*.

Numa perspetiva da formalização, ou seja, a dimensão que contextualiza as regras e regulamentos, pode-se dizer que é uma organização que tem uma tendência de alta formalização.

Relativamente à centralização ou não da organização, a CMO tem, claramente, um nível hierárquico que toma as decisões, neste caso sendo o presidente, juntamente com os vereadores da CMO. Desta forma o funcionamento é, essencialmente, por supervisão direta, onde o nível hierárquico superior, define o que se faz e qual o caminho a seguir, designando uma pessoa para supervisionar o trabalho realizado, ou seja, a definição dos pelouros dos vereadores. Por sua vez, cada nível tem um gestor, por exemplo, nos casos do departamento, das divisões e das unidades.

3.3.2 Divisão do Desporto

À data do estágio, o vereador que assumiu a pasta do desporto foi o Dr. Pedro Patacho. A DD encontra-se dentro do departamento de desenvolvimento social, chefiado pelo Dr. Luís Afonso, já a própria DD é dirigida pela Dra. Carla Ribeiro.

Os trabalhos da DD, podem ser divididos, essencialmente em 6 âmbitos, apoio ao associativismo desportivo, desporto para todos, desporto e a escola, eventos desportivos, exercício e saúde e infraestruturas e espaços desportivos, (ver figura 12).

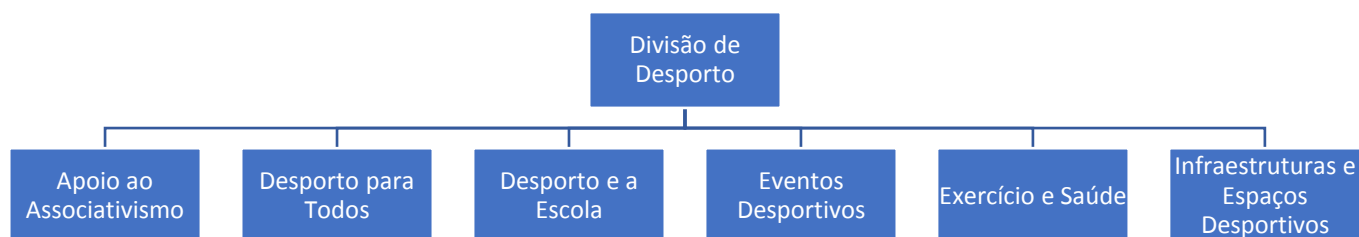


Figura 12 – Organograma da Divisão de Desporto por Áreas

Em relação ao associativismo, a DD tem por objetivos, incentivar e apoiar o associativismo de diversas formas, manter um registo atualizado das associações, gerir processos de candidatura a apoios municipais financeiros e não financeiros, supervisionar o cumprimento dos contratos celebrados com as entidades associativas e realizar e apoiar ações de formação para os agentes desportivos.

No ponto de vista do desporto para todos, a DD procura apoiar e promover ações que permitam o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e pedagógicas, utilizando como base os valores do espírito desportivo. Bem como a igualdade de oportunidades de acesso ao desporto pelas pessoas com necessidades especiais e/ou em contextos de vulnerabilidade sócio-territorial, não desprezando desenvolver e apoiar atividades desportivas num contexto de natureza.

No que diz respeito ao desporto e à escola, a DD numa busca sistemática de implementação de projetos de investigação inovadores com as temáticas da atividade física e do desporto, procura estabelecer parcerias com instituições de investigação, sobretudo com instituições do ensino superior, como também desenvolver e apoiar projetos com os principais focos no ensino obrigatório e complementar, em conjunto com a Divisão de Educação.

Com os eventos desportivos, a DD fomenta e apoia a organização de eventos com interesses municipais, procurando promover, também, uma dinâmica turística no município.

Através do exercício e saúde, considerando que a atividade física regular e a prática desportiva são fundamentais para a qualidade de vida em todos os munícipes, a DD realiza e apoia projetos que promovam estas práticas.

Em relação às infraestruturas e espaços desportivos, a DD gere todos os equipamentos municipais desportivos, que não estejam em exploração por outras entidades, promovendo projetos de animação e a instalação de equipamentos para a prática desportiva nestes locais. Elabora ainda programas funcionais, acompanhando e apoiando a sua implementação nas

instalações, como também mantém a base de dados das infraestruturas e equipamentos desportivos do concelho atualizada.

4. Realização da prática profissional

4.1 Atividades, tarefas e ações.

No início do estágio foi definido que iria ser integrado num projeto novo da CMO, Jogos de Oeiras (JdO), sendo que iria estar envolvido na maioria dos eventos organizados da CMO, tal como nos eventos, onde a CMO colabora. Para além disso, teria, também, de realizar o levantamento das instalações desportivas da UF ALCD.

Contudo, à medida que o estágio foi progredindo, tive a oportunidade de contribuir em alguns projetos já implementados da CMO, nomeadamente, o Programa 55+ e o Troféu das Localidades.

4.1.1. Jogos de Oeiras

A ideia para o projeto dos JdO, já era um objetivo da DD há alguns anos, tendo sido uma realidade no município, mas com outro nome e diferente estrutura. Contudo com a mudança do órgão executivo da CMO, fez com que este projeto se tornasse uma prioridade. Desta forma, foi-me dada, por parte da DD, “carta-branca” para apresentar uma ideia para o que seriam os JdO e de que forma estes se iriam realizar.

O primeiro desafio que encontrei, foi conhecer melhor os projetos semelhantes que existem noutros municípios, uma vez que pretendia identificar os pontos fortes e fracos de cada modelo. Tendo-me concentrado, maioritariamente, em dois projetos: as Olisipíadas (Lisboa) e o Xira (Vila Franca de Xira). Ambos têm como principal foco as crianças e os jovens, como diversidades nas modalidades que promovem.

O segundo desafio, foi conhecer a realidade do concelho de Oeiras, quais as modalidades mais praticadas, quais os clubes de maior expressão, quais as instalações disponíveis e o seu estado, uma vez, que não conhecia a realidade desportiva do município.

O terceiro desafio, foi como diferenciar o projeto JdO dos restantes. Tendo pensado inicialmente alargar a população que iria ser abrangida, ou seja, tentar atingir todos os segmentos (crianças, jovens, adultos e seniores).

Desta forma o projeto, contempla dois tipos de competições, uma fase regular, onde iria ser exclusiva às crianças e jovens (6 a 12 anos), iniciando com seis modalidades diferentes (Andebol, Atletismo, Basquetebol, Futebol, Futsal, Natação). Uma fase com atividades pontuais, onde se iria promover as restantes modalidades existentes no concelho, como forma de experimentação, sendo que seria aberto a todas as faixas etárias, aproveitando os espaços naturais/verdes.

O porquê, do foco principal nos escalões de formação na fase regular e não alargar a todas as faixas etárias, deveu-se ao facto desta fase ter sido pensada, em parte para dar resposta a algumas dificuldades que os clubes apresentam, nomeadamente, o recrutamento de novos praticantes, principalmente nestes escalões, como a falta de participação de alguns atletas desses clubes. Por outro lado, na fase pontual, conseguiríamos apresentar um contexto totalmente diferente, nomeadamente, uma prática não formal e/ou informal, com jogos reduzidos de forma a que uma equipa pudesse ser multigeracional (por exemplo, uma família com dois adultos e dois filhos de diferentes idades).

Contudo, à medida que foi apresentada a ideia, primeiro dentro da DD e mais tarde ao vereador Pedro Patacho e ao grupo de trabalho, definido por ele para trabalhar este projeto, surgiram três questões; qual seria o modelo de implementação, qual seria o papel das JF/UF e o porquê dessas modalidades. Desta forma, enquanto DD, decidimos repensar a proposta inicial e trabalhá-la, com o intuito de convergir com as expectativas do vereador e dos outros membros do grupo de trabalho, surgindo assim a versão final do projeto.

4.1.1.1. Objetivos

Foram definidos como principais objetivos para o projeto:

- Promover a prática de exercício físico na população;
- Cativar as crianças e jovens para a prática desportiva;
- Criar oportunidades de prática desportiva informal com quadro competitivo;
- Promover o acesso à experimentação de modalidades;
- Dinamizar as comunidades locais e promover a identidade territorial;
- Promover os valores do espírito desportivo – educação informal.

4.1.1.2. Modelo de Participação

Com o objetivo de atingir o maior número de participantes, foi decidido, diferenciar a inscrição para as modalidades individuais e coletivas. Isto é, nas modalidades individuais, as crianças e jovens podem-se inscrever como representação individual ou através de representação de uma equipa (de um clube ou criada para o propósito dos JdO). No caso das modalidades coletivas, como é óbvio, necessitam de determinados elementos, no entanto a equipa pode ser constituída por grupos formais, por representação das escolas/coletividades, por representações das associações de pais/moradores, entre outras. Contudo em ambas as situações, todas as inscrições têm de definir qual a JF/UF ou localidade, que pretendem representar (necessitando de estar ligado, de alguma forma, com a JF/UF que decidam representar). Este aspecto irá ser contabilizado, numa competição transversal, denominada a “Liga das Freguesias”, tendo o objetivo de envolver todas as freguesias na divulgação dos jogos, promovendo e incentivando o maior número possível de participantes em cada uma delas.

4.1.1.3. Quadro Competitivo

Írá contemplar três fases (onde duas íram decorrer em simultâneo), quadro regular e quadro pontual e a megafesta de encerramento. Tanto o quadro regular como o pontual írá ser distribuído por todas as freguesias do concelho e íráo iniciar a partir de outubro até maio do ano seguinte. No caso da megafesta, pretende-se coincidir com as festas do concelho em junho.

Quadro Regular: No caso das modalidades coletivas serão disputados em formas de torneios e por jornadas, no caso das modalidades individuais serão por encontros, sendo apurada uma pontuação individual/coletiva e por conseqüente o ranking desportivo.



Figura 13 – Modalidades do Quadro Regular na 1ª Edição

Os destinatários serão crianças dos 6 aos 12 anos (desde que tenham residência própria ou de familiares em Oeiras, ou que frequentam a escola ou uma associação do concelho. Sendo jogos com formato reduzido, com possibilidade de inscrições em diversas modalidades. Numa fase inicial, irá começar pelo futsal, futebol 5 e 7, basquetebol (3x3), andebol (5x5), atletismo e natação.

Quadro Pontual: Terá como destinatários todas as faixas etárias (adequadas por modalidades), sendo uma competição única e de experimentação aberta, com o intuito de divulgar as modalidades. Numa fase inicial, irá iniciar com o voleibol (4x4), padel, ténis de mesa, badminton, escalada, BTT, skate, parkour.



Figura 14 – Modalidades do Quadro Pontual na 1ª Edição

Mega Festa de Encerramento: Será uma festa com os objetivos de promover a atividade física e desportiva, o convívio, bem como de premiar os vencedores das modalidades.

4.1.1.4. Resultados

Posterior à realização do estágio foi possível obter os seguintes resultados, através portal <https://www.jogosdeoeiras.pt/>, relativos a primeira edição. Decorreram um total de 34 encontros, dando oportunidade de 1.600 crianças e jovens de praticarem desporto gratuitamente, contabilizando um total de 342 equipas distribuídas pelas 14 modalidades (tabelas 12 & 13).

Tabela 12 – Totais das Participações nos Encontros Regulares

Participação Encontros Regulares				
Modalidade	Escalões			Total
	I	II	III	
<i>Andebol</i>	143	246	152	541
<i>Atletismo</i>	68	91	69	228
<i>Basquetebol</i>	209	95	na	304
<i>Futebol</i>	199	188	184	571
<i>Futsal</i>	144	239	98	481
<i>Natação</i>	64	67	25	156
Total	827	926	528	2281

Fonte: CMO, 2019

Tabela 13 – Totais das Participações nos Encontros Pontuais

Participação Encontros Pontuais			
Modalidade	Tipo de Participação		Total
	Pares	Individual	
<i>Badminton</i>	116	159	275
<i>BTT</i>	0	58	58
<i>Escalada</i>	0	78	78
<i>Parkour</i>	9	20	29
<i>Skate</i>	0	26	26
<i>Ténis de Mesa</i>	0	86	86
<i>Voleibol</i>	0	0	0
Total	125	427	552

Fonte: CMO, 2019

Em relação ao ranking das freguesias, verificou-se que foram obtidos valores de participações interessantes com um total de 3.646 participações, no entanto há que perceber o porquê, do valor que a UF ALCD apresenta comparando com as restantes (tabela 14).

Tabela 14 – Ranking Final da Liga das Freguesias

Classificação Geral	
Freguesias	Participações
JF Barcarena	631
UF CQ	608
JF Porto Salvo	1025
UF ALCD	280
UF OJPC	1102
TOTAL	3646

Fonte: www.jogosdeoeiras.pt/liga-das-freguesias/

Atualizado a 28 de Junho de 2019

4.1.2. Eventos

Durante os eventos desportivos realizados no município durante o período do estágio, foi possível desempenhar vários papéis, nas diversas fases dos eventos, do planeamento à avaliação. A DD desempenha um papel fundamental nos eventos, visto que todos os eventos organizados pela própria, mobilizam os seus funcionários para a implementação, tentando que o evento seja desenvolvido internamente, procurando atribuir algumas partes específicas que, por algum motivo, não são executáveis internamente, a entidades externas.

Tabela 15 – Quadro Resume das Inscrições dos Eventos Desportivos

	<i>TO 18</i>	<i>TBB 18</i>	<i>Ar-Livre 18</i>	<i>FJL 18</i>	<i>MnM 18</i>	<i>MaN 18</i>	<i>Troféu 18</i>	<i>Total</i>
<i>Total</i>	SD	395	566	120	SD	7813	5685	14579
<i>Concelho Oeiras</i>	SD	SD	SD	≈67%	SD	SD	≈60%	≈64%
SD – Sem Dados								

Fonte: CMO, 2019

No caso do Triatlo de Oeiras 2018 (TO 18), as inscrições foram realizadas junto da Federação de Triatlo de Portugal, a qual avança que teve uma participação superior a 1.000 triatletas. Em relação ao Mexa-se na Marginal 2018 (MnM 18), este evento é de participação aberta e decorre em vários lugares em simultâneo o que torna difícil contabilizar o número de pessoas que participam, embora na notícia do canal SIC Notícias, avança com um valor nas ordens dos milhares de participantes.

A ausência de dados discriminativos nos relatórios dos eventos, referentes aos participantes do Concelho de Oeiras, não permite aferir a sua ordem de grandeza.

Em todos os eventos colaborei na logística e na montagem e desmontagem dos equipamentos, das estruturas e decorações.

4.1.2.1 Triatlo de Oeiras

O TO é uma prova promovida anualmente pela CMO em parceria com a Federação de Triatlo de Portugal, tendo sido a 31^a edição no ano 2018.

Este evento decorre, tradicionalmente, entre a Praia da Torre (Oeiras) e a Avenida Marginal (de Algés a Oeiras). Contemplando duas distâncias: Super-Sprint e Sprint, nesta versão contou ainda com o Campeonato Nacional Individuais de Triatlo Sprint, em Elites, Escalões e Grupos de Idade, bem como duas provas abertas a populares e a escalões jovens da modalidade, podendo esta participação ser individual ou em equipa de estafetas com dois ou três elementos.

4.1.2.1.2. Programa de Provas 2018

09:00: Campeonato Nacional Individual Triatlo Sprint GI Masculinos 20-24 a 35-39
09:05: Campeonato Nacional Individual Triatlo Sprint GI Masculinos 40-44 e restantes
09:10: Hotéis Real Sprint – Prova Aberta Triatlo Sprint
12:00: Campeonato Nacional Individual Triatlo Sprint Elites Masculinos
12:10: Campeonato Nacional Individual Triatlo Sprint Elites Femininos
12:15: Campeonato Nacional Individual Triatlo Sprint GI Femininos
13:45: Vitalis Super-Sprint – Prova Aberta Triatlo Super-Sprint



Figura 15 – Triatlo de Oeiras 2018

4.1.2.1.3. Tarefas Desempenhadas

Durante o pré-evento, fiquei com a responsabilidade de criar e atualizar uma base de dados para os treinos no meio aquático (TMA), tanto em piscina como no mar. Obteve-se um total de 59 inscrições para os treinos, com uma maioria do sexo masculino.

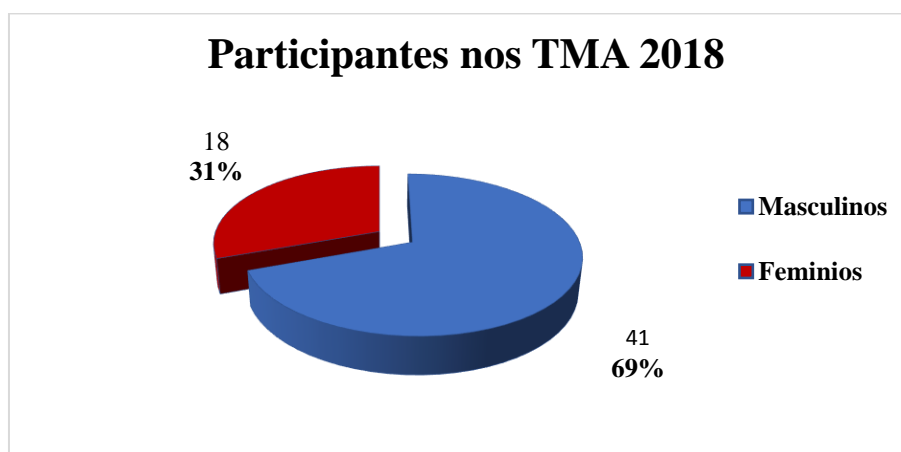


Figura 16 – Intervenientes nos TMA do TO 218

No dia do evento, contribuí na montagem/desmontagem do palco para a entrega de prémios e do seu *backdrop*, nas montagens/desmontagens dos corredores de acesso aos parques de transição, da caixa de partida, zonas de separação do público e das zonas de abastecimento.

Durante o evento fiquei no apoio às partidas (para o mar) e no apoio à chegada no parque de transição do ciclismo/corrida.

4.1.2.2. Travessia António Bessone Basto

A TBB, presta homenagem a um dos maiores nadadores portugueses, com uma prova de natação de águas abertas, composta por duas distâncias (1 km e 2,5 km), a menor distância é uma prova aberta à comunidade, podendo participar federados e não federados. Na distância maior, a participação é exclusiva a atletas federados.

O evento tem como ponto de partida as praias de Santo Amaro de Oeiras e de Caxias, e o ponto de chegada a Marina de Oeiras. Na 13ª edição, 2018, foram superadas as expectativas de participação em 95 atletas, tendo sido contabilizado um total de 395 nadadores.

4.1.2.2.1. Programa de Provas 2018

11:45 – Partida prova 1.000 m de Oeiras

12:15 – Partida prova 2.500 m de Paço de Arcos

13:30 – Entrega de prémios



Figura 17 – Travessia Bessone Basto 2018

4.1.2.2.2. Tarefas Desempenhadas

No dia do evento, contribuí na montagem/desmontagem dos equipamentos e caixa de partida da praia de Santo Amaro de Oeiras. Assumi, ainda a responsabilidade da gestão do roupeiro da mesma praia. Contribuí ainda com o apoio necessário, tanto na praia de Caxias, como nas chegadas dos atletas na Marina de Oeiras.

4.1.2.2.3. Avaliação do Evento

O evento foi avaliado pelos praticantes, recorrendo a um questionário eletrónico com 17 questões, tendo sido registado à data 28 de junho de 2018, 109 respostas. Verificou-se que as respostas se encontravam bem distribuídas em relação às distâncias.

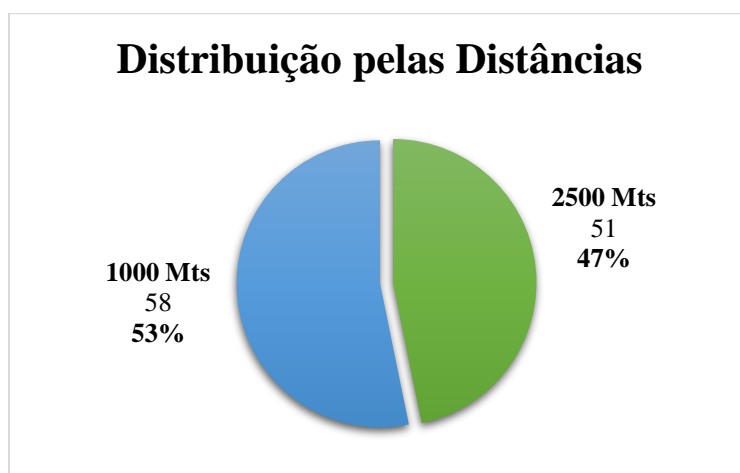


Figura 18 – Respostas em Relação a Distância da Prova

Sendo que a questão “De uma forma geral, como é que avalia este evento?” uma grande maioria ficou pelo menos satisfeito, com cerca de 90%, 98 respostas positivas. Foi contabilizado três respostas indiferentes, nem positivas nem negativas, e 8 respostas negativas, ou seja cerca de 7% responderam pelo menos insatisfeitos, (ver tabela 16).

Tabela 16 – Quadro Resume da Avaliação da TBB 18

DE UMA FORMA GERAL, COMO É QUE AVALIA ESTE EVENTO?	
MUITO SATISFEITO	54
SATISFEITO	44
NEM SATISFEITO NEM INSATISFEITO	3
INSATISFEITO	3
MUITO INSATISFEITO	5

Fonte: CMO, 2019

Na questão “Pensa voltar na próxima edição?” uma grande maioria, cerca de 94%, ou seja, 102 nadadores, responderam positivamente, que tencionam voltar, no entanto existiram 7 respostas negativas.

Em suma, embora tenham decorrido duas situações imprevistas durante a prova, a presença de muito nevoeiro antes do início da prova e a desclassificação de vários nadadores pelo facto de utilização de relógio na prova, penso que foi um bom evento.

4.1.2.3. Atividades Ar Livre

A promoção de Atividades Ar Livre, está inserido num programa de promoção de exercício “Mexa-se Mais”, teve o início em 2015, e ao longo dos anos tem promovido a prática de diversas modalidades, nomeadamente náuticas como a canoagem, surf, bodyboard, o *stand up paddle*, surf e vela, bem como terrestres, nomeadamente orientação, BTT, *yoga* e escalada/*slide*. Estas atividades são oferecidas pela DD, CMO com o principal foco nos munícipes de Oeiras, sem qualquer restrição para pessoas fora do Município de Oeiras.



Figura 19 – Exemplos de Atividades ao Ar Livre 2018

As AAL 18, decorrem março a novembro de 2018, em parcerias, preferencialmente com coletividades desportivas sediadas no concelho. Até ao término do estágio, foram contabilizados no total das atividades 581 participantes (ver tabela 17), distribuídos por 24 atividades de um total 34 atividades agendadas.

Tabela 17 – Quadro Resumo da Participação AAL 18

ATIVIDADE	PARICIPAÇÃO
<i>Orientação Pedestre</i>	102
<i>BodyBoard</i>	20
<i>Surf</i>	21
<i>Escalada e Slide</i>	10
<i>BTT</i>	115
<i>Yoga</i>	173
<i>Stand Up Paddle Surf</i>	52
<i>Canoagem</i>	60
<i>Vela</i>	28
TOTAL	581

Fonte: CMO, 2019

4.1.2.3.1. Funções Desempenhadas

Durante a presença no estágio, foi-me solicitado a atualização do questionário de satisfação da AAL 18, bem como desempenhar a gestão informática da participação nas atividades, consequentemente o envio eletrónico dos questionários de satisfação.

Ainda tive a oportunidade de colaborar nas atividades de BTT, com a montagem e desmontagem dos equipamentos necessários na atividade, bem como a gestão das presenças dos praticantes.

4.1.2.4. Festa Jovem da Linha

A FJL é promovida pela Associação 25 de Abril, como comemoração do dia da revolução de 1974, através de um evento desportivo nos Concelhos de Oeiras e Cascais, embora seja desenvolvido noutros municípios há mais tempo, tendo por base, tradicionalmente, a modalidade de ginástica.

Na 2ª edição deste evento, evidenciou-se a modalidade de patinagem artística, com uma participação de 120 atletas, de 7 associações desportivas dos Municípios de Oeiras e Cascais.

4.1.2.4.1. Funções Desempenhadas

Neste evento, tive a oportunidade de intervir em todas as fases do seu processo, acompanhando o planeamento do mesmo, no processo de escolha da modalidade em foco, até ao alinhamento do programa.

Durante esse processo produzi alguns documentos, nomeadamente, um formulário de inscrição (anexo 4), como o diploma de participação e os alinhamentos. Como solicitar serviços e bens a outros serviços da CMO e/ou fornecedores para o evento.

No dia do evento, estive como responsabilidades a montagem do *backdrop* e distribuição do alinhamento aos espectadores até começar o evento. Após o seu início, tive no apoio ao evento em si, assegurando que tudo corria como planeado.

Após o evento foi realizada uma reunião de avaliação entre os promotores e a organização do evento, onde os promotores mostraram a sua satisfação, bem como surpreendidos por terem visto as bancadas cheias de espectadores do início ao fim do evento.

4.1.2.5. Jamor em Festa

O Jamor em Festa é um evento desportivo organizado pelo IPDJ e em colaboração com várias federações desportivas de Portugal e com a CMO, uma iniciativa que celebra o aniversário do Centro Desportivo Nacional do Jamor. Tive o privilégio de participar nesta celebração, que dinamizou desportivamente as escolas do 1º Ciclo de Oeiras.

Nesse ano, participaram 29 turmas, com um total de 725 crianças que tiveram a oportunidade de experienciar diversas modalidades desportivas, (minigolfe, tiro com arco, canoagem, judo, atletismo, jogos tradicionais, orientação pedestre, escalada, entre outros).

Após o contributo nas montagens de diversas estações, fiquei responsável pela estação de minigolfe.

4.1.2.6. Mexa-se na Marginal

O MnM é um evento organizado pela DD integrado na programação das festas do concelho da CMO, onde o grande objetivo é fazer da avenida marginal que liga Algés a Oeiras, um gigante espaço de atividade física ao ar livre, fechado à circulação dos veículos a motor. Criando, assim, vários espaços com atividades físicas abertas para a população, promovendo assim o conceito de ser ativo.

Este foi um evento, no qual assumi mais e maiores responsabilidades, tendo acompanhado todo o processo de planeamento, reuniões com parceiros e assumindo a organização de uma zona com diversas atividades.

4.1.2.6.1. Programa de Atividades 2018



Figura 20 – Programa de Atividades Previstas MnM 18

4.1.2.6.2. Tarefas Desempenhadas

Nesta fase foram realizadas várias reuniões com diversas entidades para a colaboração no evento, tendo sido contabilizado, no total, 42 parceiros, distribuídos por 4 zonas e 8 localizações.

Ainda nesta fase, foram criados *layouts* para a organização com a informação de quais os parceiros em cada zona, bem como outras informações pertinentes (ver anexo 5).

Foi ainda organizado um documento, com toda a logística necessária para cada zona e localização, distribuído por cada coordenador de zona/localização. No dia anterior ao evento, a logística foi dividida por cada transporte.

Começou com a montagem da zona de Algés, (figura 21), antes da chegada dos parceiros, após a chegada dos mesmos, foi feita uma receção, com uma breve explicação dos espaços que teriam disponíveis, bem como as informações necessárias para desenvolverem as suas atividades.

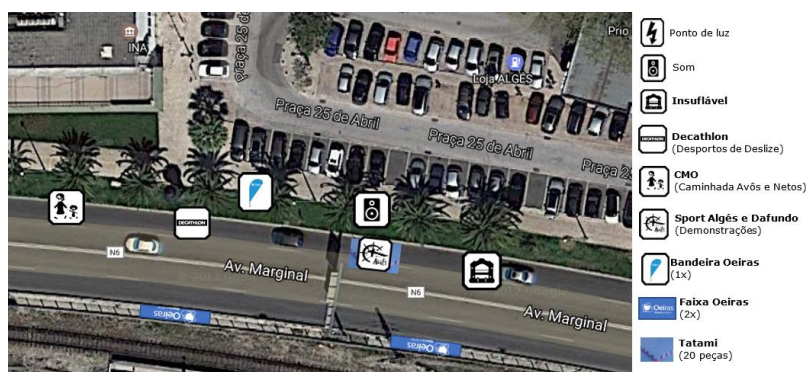


Figura 21 – Planta com Atividades da Zona de Algés

Durante o evento, desempenhei a gestão do espaço com a ajuda de uma estagiária da DD, onde os meus focos principais eram suprimir as necessidades que os parceiros poderiam ter, garantir a segurança da zona, das atividades e dos equipamentos, bem como tentar dinamizar a zona o mais possível. A estagiária ficou incumbida de garantir a segurança das crianças dentro do insuflável.

4.1.2.6.3. Avaliação do Evento

Durante o evento, na zona de Algés não surgiu nenhum problema, tendo uma participação de poucas dezenas de praticantes (sensivelmente 50 pessoas). A atividade que gerou mais atração foi o insuflável, por outro lado a caminhada avós e netos, partiu de Algés

apenas com 5 pessoas. Já o Sport Algés e Dafundo, promoveu-se com uma demonstração de ginástica rítmica que cativou algumas dezenas de pessoas ao local para assistir às coreografias, a Decathlon promoveu a experimentação de desportos de deslize e do tiro com arco e flecha.

Visto que a zona de Algés é a única, em que a marginal não tem vista para o rio Tejo e tendo o condicionalismo gerado pela linha do comboio, é pouco apelativa para as pessoas, ao contrário de outras. Tendo em conta o registo das 18^{as} edições anteriores, bem como os transtornos que o encerramento da zona provoca no trânsito local, sugeriu-se que a mesma passasse a ser realizada num jardim/parque, mantendo-se o objetivo, premiando a segurança junto da população e melhorando a rede viária de acesso a todo o evento.

4.1.2.7. Marginal à Noite

A MaN é uma corrida de atletismo de estrada na marginal com a partida/meta em Santo Amaro de Oeiras e o retorno em Caxias, perfazendo cerca de 8 km. Esta corrida é organizada pela DD integrada na programação das festas do concelho da CMO.

A MaN diferencia-se das demais corridas de atletismo de estrada pelas suas animações ao longo de todo o percurso, nomeadamente os grupos musicais ao vivo e os efeitos de luzes, permitindo ao participante, no seu ritmo, experienciar uma nova forma de correr junto ao Tejo.

4.1.2.7.1. Tarefas Desempenhadas

Na fase do plano operacional do evento, foi realizada uma reunião para dar a conhecer o evento aos estagiários, bem como atribuir algumas tarefas, nomeadamente a criação de uma página web para o evento, criação de *layouts* e o desenvolvimento de materiais informativos, também foi determinado qual seria o *panetone* da t-shirt.

Embora este evento, que de início não era uma das minhas responsabilidades, pois estava, maioritariamente, focado na MnM 18 (decorre 6 dias antes), colaborei na criação da página web com informação necessária e ao seu teste em diferentes aparelhos móveis.

À medida que a data do evento se aproximava, comecei a desempenhar mais funções, nomeadamente, a fazer a gestão das inscrições dos grandes grupos, confirmar se o número das t-shirts se encontravam-se certos (por tamanho e por sexo) dividindo-os por caixas

identificadas, e também o desenvolvimento de materiais informativos para as portas de entradas, desvio, roupeiro, entre outras. Participei na criação de *layouts* com a informação relativa ao tipo e quantidades de grades necessárias para as vedações (ver figura 22) e ainda a atualização dos tamanhos das caixas de partida.



Figura 22 – Esquema da Zona de Chegada com Número de Grades

A fim de saber quantas grades seria necessário para o evento, foi utilizado a ferramenta “medir distância” do *google maps*, para obter uma aproximação das distâncias reais, diminuindo desta forma o erro de cálculo. Em seguida, passou a conversão de metros para o número de grades, pois sabe-se que uma grade mede 3,5 metros, sendo realizado uma simples divisão da distância (a) por 3,5. Já em relação às caixas de partida, a regulamentação presente no **Decreto-lei n.º34/95** de 16 de dezembro, refere que para esta situação é o máximo é 4 pessoas por m², no entanto, para garantir maior segurança, foi feita uma média de 3,5 pessoas por m², pois à medida que se remove a separação entre as caixas as pessoas têm tendência a compactarem-se mais. Ou seja, de uma área total de 2.336,18 m² poderia ser atingido no máximo 9.344 participantes, no entanto o evento obteve 7.813 inscrições. No dia do evento, contribuí nas montagens do corredor de partida, dos funis de saída e da zona do desvio.

Durante o evento, foi-me atribuído a zona do desvio, esta zona tem uma particularidade, visto que é onde os participantes, que até então ocupavam as quatro faixas da estrada, têm de passar para as duas faixas do lado mar devido a um separador central, prevenindo desta forma a ocorrência de choques entre os atletas que já passaram o retorno (sendo este feito pelas duas faixas do lado terra). Nesta zona fiquei com a responsabilidade de organizar 9 *cheerleaders* e 9 voluntários com *lightstick*, a fórmula que foi encontrada para distribuir, tanto as *cheerleaders* e os voluntários para conseguirem estabelecer contacto (animar e motivar) com os corredores, distribuindo-se no meio das 4 faixas, intercalados. Desta forma quando a grande maioria dos corredores se aproximassem desta zona, após a

passagem do retorno, apenas teriam de se virar para o outro lado, sem prejuízo para os atletas. Três voluntários ficaram a segurar uma lona que dizia desvio, em vez de uma baia, pois assim era possível controlar maior a distância que os atletas têm para passar das 4 faixas para 2, (maior distância quanto maior for o número dos corredores, menor a distância quanto menor for o número dos praticantes) (ver anexo 6).

Após o término do evento, cada responsável e *staff* desmonta a sua zona; quando termina a mesma, dirige-se para a partida, colaborando no que for necessário.

4.1.2.7.2. Avaliação do Evento

Posteriormente foi realizado uma avaliação do evento, onde todos os intervenientes da DD, deram o seu *feedback*, bem como o envio um de questionário de satisfação a 4.986 participantes, dos quais apenas 1.400 responderam, o que representa cerca de 28%. Relativamente à distribuição dos participantes que responderam ao questionário por Sexo, observa-se quase uma paridade (figura 23).

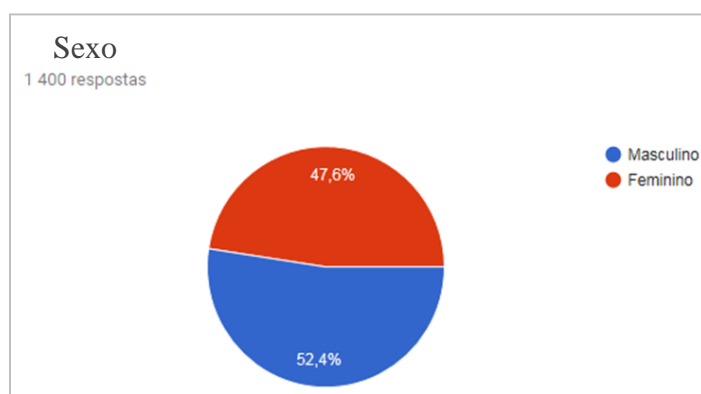


Figura 23 – Distribuição das Respostas por Sexo

Já relativamente à satisfação global do evento, as notas poderiam variar numa escala 1 a 5, obteve-se uma média de 4,23, (figura 24) pois grande parte das pessoas que responderam deram nota positiva, sendo apenas contabilizados 31 respostas abaixo do valor 3.

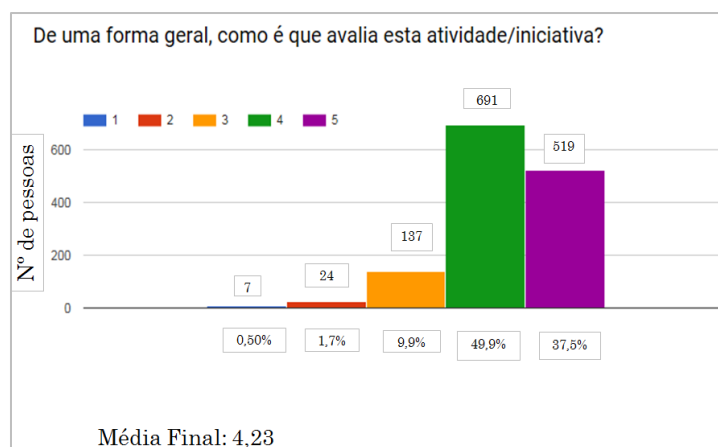


Figura 24 – Distribuição da Satisfação Geral

Os pontos negativos verificados, foram a entropia causada pelas pessoas que decidiram realizar o evento num passo de caminhada face aos corredores e a fraca afluência que ocorreram nos treinos de preparação para o evento.

Por outro lado, os pontos positivos; existiu uma forte adesão por parte dos praticantes, superando o valor da edição anterior com mais 446 pessoas, esgotando as inscrições com cerca duas semanas de antecedência, as animações do percurso, com uma aposta forte a nível musical, o que contribuiu para um ambiente de festa, bem como a colocação do número de emergência médica do evento na frente do dorsal dos corredores, facilitando uma resposta por parte da emergência médica do evento.

4.1.2.8. Troféu das Localidades de Oeiras

O Troféu é um programa de atletismo, com o objetivo de promover uma competição municipal de corridas de estrada entre as associações desportivas do Concelho de Oeiras. À data do estágio, decorria a 36ª edição, que conteve 12 provas, durante o período de novembro a junho, organizadas em várias zonas do território do Concelho.

O Troféu tem três particularidades, embora requeira inscrição, a participação é gratuita, permitindo desse modo proceder à generalização da prática desportiva da corrida, conforme os escalões etários definidos. A segunda particularidade, é que a organização das provas resulta de uma parceria entre o Município de Oeiras e as coletividades desportivas do Concelho. A terceira particularidade, é o facto de quem se inscrever no Troféu de Oeiras tem, também acesso aos Troféus de Cascais e de Sintra, e vice-versa.



Figura 25 – Exemplos das Etapas do Troféu de Oeiras 2018

4.1.2.8.1. Tarefas Desempenhadas

Ao longo das provas, colaborei, sempre, nas montagens e desmontagens do pórtico de partida e dos funis de chegada. No entanto, durante os eventos fui desempenhando diversas funções, nomeadamente, apoio nas partidas e nas chegadas, registo de meta e apoio nas classificações.

O apoio às partidas implica uma coordenação com o carro de frente de prova, com as autoridades, e o material necessário para dar a partida (fita de partida, sinal sonoro e relógio de prova). Por outro lado, o apoio nas chegadas, tem como principal foco garantir que os atletas entram nos funis em segurança e verificar se essa entrada ocorre antes do tempo máximo de prova, por fim o acompanhamento do último atleta, de forma a informar quem está a realizar o registo de meta, bem como quem está nas classificações.

O registo de meta, funciona como a salvaguarda das classificações, onde o dorsal de todos os participantes é registado manualmente, por ordem de chegada. Nas classificações, que ocorrem no final do funil, onde todos os dorsais (os quais contém um código de barras) passam pelo leitor de código de barras. Este dispositivo elétrico está ligado a um computador, realizando as classificações de forma automática.

Após cada prova foi realizado uma análise estatística, dessa prova, onde eram apurados, o número de praticantes por clube e escalão, e o total de participantes nessa prova. No final da “temporada” colaborei na elaboração do balanço do Troféu, atualizando os dados estatísticos e criação de tabelas, na forma de uma apresentação de *PowerPoint* o qual foi, posteriormente, apresentado na reunião de balanço do evento.

No balanço verifica-se que na primeira prova teve 3.932 inscritos (valor do ano anterior 3.166 no mesmo período), ou seja mais 766 inscrições. Tendo terminado com um total de

5.685 inscrições (valor do ano anterior 4.836 no mesmo período). Ao nível da representação regular (que participaram pelo menos em 8 provas) do total inscritos pelos clubes de Oeiras corresponde a 441 atletas (verificou-se uma descida de 16 atletas face à edição anterior).

Tabela 18 – Top 10 da Regularidade dos Atletas dos Clubes de Oeiras

Top 10 Regularidade Atletas Clubes Oeiras 12 Provas		
Ranking	Regularidade	Clube
1	98	GRCD Leão
2	84	AD NúcleOeiras
3	69	Linda-a-Pastora
4	51	GRD Ribeira da Laje
5	38	Valejas A.C.
6	36	GRD "Os Fixes"
7	13	SIMECQ
8	10	SERUL
9	9	CD J Vila Fria
10	6	Sport Ponto Come

Fonte: CMO, 2019

Foi-me lançado um desafio de propor um modelo para o financiamento dos clubes do Troféu, até então, apenas os clubes que ganhavam é que eram premiados, independente do número de praticantes que conseguiam mobilizar. Sendo um dos objetivos da DD, aumentar o número de praticantes no Município, foi criado o modelo do Troféu que premeia o trabalho dos clubes, (ver anexos 7 e 8) sendo que este financiamento acresce ao prémio de vencedor.

4.1.2.8.2. Avaliação do Evento

Depois de cada etapa, existia sempre uma avaliação geral da mesma, onde os intervenientes da DD contribuía com o seu *feedback*. Os praticantes poderiam reportar, caso considerassem relevante, de forma escrita (após evento) ou de forma verbal ao responsável de prova as sugestões que achassem pertinentes. Embora a grande maioria das provas corresse sem qualquer percalço, por vezes o sistema informático não conseguia ler os códigos de barra, ou dava erro, o que atrasava bastante a afixação das classificações. O outro aspeto negativo apontado por alguns clubes/praticantes foi o facto de não existir abastecimento de águas na última prova (a qual ocorria, muito perto das horas de pico de calor).

4.1.3. Instalações

Todas as instalações desportivas do Concelho de Oeiras foram divididas pelos três técnicos, foram atribuídas as instalações na área geográfica da UF ALCD, vistoriando o estado das mesmas, à medida que o estágio foi decorrendo. Também me foi solicitado que o foco passasse de todas as instalações, contidas nessa área geográfica, para apenas as que eram propriedade da CMO e de preferência as que estavam a ser geridas pela própria.

No final das visitas foi compilado um Excel detalhado, com as informações das instalações com intervenção prioritárias, enquanto as não prioritárias foram atualizadas na base de dados. À data do estágio ocorreram, ainda reuniões com os serviços de planeamento e projeto, e serviço de obras, a fim de se encontrarem soluções para esses espaços prioritários. A grande maioria eram campos polidesportivos, campos de ténis ou outros pequenos campos sem definição aparente.

4.1.3.1. Tarefas Desempenhadas

Nas visitas às instalações foram realizados registos fotográficos das mesmas, verificação das condições de segurança, caso tivesse equipamentos desportivos (balizas, tabelas, redes, entre outros), bem como os estados das redes/grades limitantes da instalação. Foram ainda, sinalizadas as modalidades que poderiam ser praticadas nos mesmos e a medição da área de jogo.

Foi atualizada a base de dados das instalações com todos os registos obtidos durante as visitas a essas instalações, juntamente com qual deveria ser a intervenção realizada.

4.2. Dificuldades e Resoluções

Ao início do estágio deparei-me com três dificuldades. Conhecer a realidade do Concelho e das Associações Desportivas, conhecer quais os projetos e os eventos da DD e entrar na dinâmica da divisão.

A primeira dificuldade deveu-se ao facto de não ser residente do Concelho de Oeiras e de não conhecer o Município.

A segunda dificuldade, deveu-se ao facto que a informação disponibilizada no portal do Município sobre de cada evento e projetos ser sucinta.

Por fim a última dificuldade e a mais relevante, deve-se ao facto de quando se chega a uma instituição, com número de eventos que a CMO, produz, ocorre um período de ajuste, onde os funcionários têm de perceber quais as atividades em que o estagiário consegue colaborar.

Estas dificuldades acabaram por ser suprimidas, durante os primeiros meses, assim que comecei a conhecer melhor o Município, onde as visitas às instalações contribuíram bastante. O conhecimento obtido sobre os clubes e associações, o tratamento estatístico da informação reportada pelas coletividades na candidatura aos apoios financeiros, permitiram-me saber que modalidades existiam, as suas dimensões, entre outros aspetos.

No que concerne à segunda dificuldade, sobre os projetos e os eventos da DD, à medida que eram falados, procurava inteirar-me, mais sobre os mesmos, tendo-me sido transmitido que poderia analisar as edições anteriores que estavam nas pastas partilhadas dos computadores.

À medida que o estágio decorria e tomava conhecimento das funções da DD, consegui adaptar-me mais facilmente às dinâmicas da equipa, e no final do estágio, fiquei sensibilizado pelos elogios que a equipa me transmitiu, sobre o meu desempenho e dedicação.

4.3. Estratégias ou atividades de formação propostas

Durante o estágio, foi sugerida a participação em dois seminários, nomeadamente da Escola Superior de Desporto de Rio Maior, com o tema de ‘Desenvolvimento do Desporto nas Cidades e Territórios’ e no seminário de Gestão de Desporto da Faculdade de Motricidade Humana.

Foi ainda proposto a ida aos serviços da divisão de desporto da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, para perceber como acontece o projeto Xira, bem como a ida ao 4º Fórum das Olisipiadas, numa perspetiva de saber como processa este evento, em ambos os casos com o propósito de desenvolver o projeto “Jogos de Oeiras”.

5. Conclusão

A temática do desporto tem merecido particular atenção por parte da comunidade em geral e das autárquicas em particular, nomeadamente a atividade física, o exercício e saúde, desporto recreativo e ocupacional. A consciencialização de que esta temática possui repercussões significativas no bem-estar das populações e consequentemente na vitalidade e desenvolvimento no tecido social e empresarial, fez com que os estudos relativos às ciências do desporto crescessem de forma exponencial, sendo a gestão em desporto, o potenciador desta temática. Também na área da saúde este fenómeno se verificou, uma vez que governos, políticos, investigadores e comunidade em geral, consciencializaram-se das significativas repercussões que o desporto possui na produtividade das populações, em que simultaneamente as doenças ligadas de forma direta ou indireta aos fenómenos de stress e sedentarismo representam uma importante percentagem dos orçamentos dos diferentes governos para a área da saúde. Socialmente a comunidade passa a ter focos de referência e inclusão, aproximando os diversos estratos sociais.

Ao longo do período de estágio, foi possível constatar o impacto que a Divisão de Desporto (DD) da Câmara Municipal de Oeiras procura ter no desenvolvimento do desporto local, com a participação de toda a comunidade nos mais diversos projetos, onde o Município de Oeiras se propõe promover, estimular e apoiar a generalização da prática da atividade física e desportiva, visando deste modo, uma melhoria efetiva da qualidade de vida das comunidades do Concelho.

A minha contribuição durante o período de estágio abrangeu diversas áreas, nomeadamente nos eventos desportivos, inventariação das instalações desportivas, onde foi possível identificar algumas situações que poderiam ser melhoradas, bem como o estudo e criação de um novo projeto, onde pudesse fomentar a atividade desportiva na comunidade.

Decidimos organizar as nossas conclusões por determinados domínios associados aos fatores de desenvolvimento do desporto, de modo a que as conclusões pudessem vir a ser mais consequentes em matéria de intervenção futura, no que respeita ao exercício da decisão. Deste modo:

5.1. Orgânica

A Divisão de Desporto tem relações a nível interno com os mais variados serviços da Câmara e a nível externo com diversas entidades fundamentais para o desenvolvimento desporto: Associações Desportivas; Escolas Públicas; IPDJ.

A nível interno, as comunicações entre os serviços camarários nas situações recorrentes são rápidas e eficientes, pelo facto de cada serviço solicitar os materiais e/ou serviços para as atividades previstas para o ano, no entanto foi detetado uma deficiente comunicação entre os serviços de licenciamento de obras e a Divisão de Desporto o que origina uma base de dados dos equipamentos desportivos desatualizada em permanência.

Em relação ao Associativismo, as 64 coletividades são distribuídas pelos três técnicos afetos ao apoio desta área (cerca de 21 entidades por cada um), que disponibilizam diariamente, períodos para receber estas entidades. Foi possível observar que estes técnicos procuram acompanhar ao máximo as atividades realizadas pelas suas coletividades. Contudo por vezes, estes técnicos da DD ao desempenharem outras funções em simultâneo, origina sobreposições de atividades e um acompanhamento menos eficiente.

No caso das Escolas, a relação é feita através do Departamento de Educação da Câmara, em que todas atividades, sejam estas propostas pela DD, ou solicitadas pelas escolas, carece sempre de um aval deste departamento, como exemplo; o evento “Jamor em Festa” em que o foco é a participação das escolas do 1º ciclo do Concelho, apenas compareceram cerca 14% dos alunos do total. (dados disponíveis em: <http://www.educacao.cm-oeiras.pt/>).

Levanta pelo menos duas questões:

- A informação está ou não a chegar aos agrupamentos de escolas?
- Existe interesse dos agrupamentos de escolas neste tipo de atividades?

Do contacto que tive como o Complexo Desportivo do Jamor (CDJ) gerido pelo IPDJ, verificou-se que a relação entre estas duas instituições (DD e IPDJ), ocorre na maioria das situações em parcerias, onde algumas atividades da DD utilizam os espaços do complexo e por sua vez, o IPDJ recebe apoio dos quadros humanos da DD para operacionalizar as suas atividades. Embora compreendendo que cada instituição tem os seus objetivos e atividades definidas, esta colaboração deveria ser mais explorada, através de mais ações comuns, em prole da população do concelho e das coletividades.

5.2. Atividades

Durante o período de estágio foram realizados 8 eventos, dos quais 2 tinham provas específicas para atletas federados, 4 possibilitavam uma prática num contexto em família, sendo que em todos os casos permitia a comunidade participar, consoante os critérios definidos para cada evento.

Como é referido na tabela 14, em que 6 eventos contabilizaram 14.579 participantes, cerca 8,5% da população residente no Concelho de Oeiras (censos de 2011). Sabendo que na maioria dos casos os eventos esgotaram. Os dados existentes apontam para que apenas cerca de 64% dos participantes corresponderem a residentes do Concelho. A grande maioria dos participantes, cerca de 94% encontram-se satisfeitos com os eventos.

Assim:

- Devia-se aumentar a oferta de eventos desportivos.
- Os números das participações dos residentes deviam ser contabilizados em todos os eventos, a fim de se saber a verdadeira percentagem.
- Após o período de estágio e da implementação dos Jogos de Oeiras, por mim criado, verificou-se que alargou a oportunidade de 1.600 residentes praticarem desporto, ou seja perto de 1% do total de residentes (censos 2011).

5.3. Formação

Num Concelho que acolhe uma das melhores instituições de ensino no âmbito desportivo, a Faculdade Motricidade Humana, tendo por base uma procura constante de melhorar o conhecimento dos seus formandos, fomentado e proporcionados estágios na Câmara de Oeiras. Durante o período de estágio, verifiquei que todos os quadros humanos da DD partilham dessa filosofia de partilha e busca constante de conhecimento, tendo participado em diversas formações nos mais variados âmbitos, como por exemplos, os procedimentos da função pública, desenvolvimento do desporto nas cidades e territórios, sendo ainda uma prática comum dos Municípios partilharem as boas práticas entre si.

5.4. Documentação

Existe uma preocupação clara de registar todas as atividades desenvolvidas pela DD, existindo diversos documentos. Por exemplo: relatórios dos eventos, formulários de candidaturas, questionários de satisfação, entre outros. Contudo, detetei a ausência de documentação orientadora para a montagem dos eventos desportivos. Nesse sentido, a minha atuação passou por elaborar manuais de instruções para as montagens dos eventos desportivos, bem como os respetivos layouts, que foram implementados pela DD, passando a ser um padrão para o futuro.

Comentei que a base de dados dos equipamentos desportivos, devia ser partilhada com os serviços de licenciamento da câmara, a fim desta se manter constantemente atualizada.

5.5. Informação

Os mecanismos de transmissão de conteúdos de índole desportiva, são o email e o Sistema de Gestão Documental e Workflow, creio que sejam suficientes e eficientes.

5.6. Instalações

Na área geográfica do Concelho, foram contabilizados 401 instalações existentes, tal como se reporta na tabela 10. Importa distinguir que apenas 68 instalações pertencem ao Município, das quais cerca de 46% são campos polidesportivos. Destes campos, 10% são instalações com necessidades de intervenção prioritária e 13% necessitam de intervenção, mas não são impeditivas a sua utilização.

Foi constado que a falta de visitas regulares de inspeção às instalações desportivas de acesso livre, traduz-se num deterioramento das mesmas. Assim a minha visita a todas as instalações que me foram atribuídas, permitiu-me atualizá-las na base de dados dos equipamentos desportivos Oeiras, através do qual foi possível extrair um relatório, referenciando-se, assim o seu estado.

Sugiro que:

- Se crie *checklist* referente as instalações e que sejam aplicadas em visitas regulares.

- Necessidade de perceber a utilização destes campos polidesportivos. Caso não estejam a ser aproveitados, ponderar qual seria a melhor solução (exemplo colocar uma cobertura ou requalificar o espaço).
- Seria benéfico para os municípios a criação de um portal com toda a informação das instalações relevantes para prática desportiva, bem como a sua georreferenciação.

5.7. Apetrechamento

Durante as visitas realizadas às instalações, apenas foi detetado a ausência de apetrechamento em 10% dos campos polidesportivos (identificados com necessidades de intervenção prioritária), como a inexistência, por exemplo: de balizas, de tabelas, de redes (para voleibol e de ténis) e/ou marcações, o que gera indefinição do seu propósito.

5.8. Quadros Humanos

A DD, durante este período é constituída por 14 pessoas, em que mais de 50% são técnicos superiores, que se distribuírem de acordo com as áreas da figura 12. É relevante mencionar que a divisão tem por hábito receber estagiários, sendo que neste ano colaboraram 11 estagiários, dos quais 5 eram estudantes de mestrados e 1 de licenciatura.

Para a quantidade de atividades organizadas pela DD, no meu entender deveriam ser reforçados os quadros, pois nem sempre terão à disposição tantos estagiários.

Os dados reportados pelas associações, na figura 8, verifica-se que em função dos dados dos censos de 2011, os atletas representam cerca de 9% da população residente. Ao comparar os dados do sexo feminino da figura 8 com os dados avançados pelo INE, do ano 2017 (disponíveis em: <https://www.ine.pt/>) verifica-se que a realidade desportiva no Concelho, é superior em 9% da realidade portuguesa.

No caso dos técnicos é observável que 88,2% têm ou uma licenciatura em desporto ou a cédula de treinador. Sabe-se ainda que o rácio de atletas por treinadores, a cada treinador corresponde cerca 26 atletas. No caso dos dirigentes, o rácio corresponde a um dirigente por aproximadamente 20 atletas.

Estes dados levantam algumas questões:

- Quantos residentes praticam desporto nos Concelhos adjacentes e vice-versa?

- Existem condições nas estruturas das associações para aumentar o número de atletas?
- Como potenciar a participação do sexo feminino?

5.9. Financiamento

Foi lançado um desafio, pelo Dr. Filipe Leão, para apresentar uma proposta de financiamento para as associações do Concelho que participam no evento “Troféu de Oeiras: corridas das localidades” (anexos 7 & 8), o qual foi por mim apresentado e aprovado pela DD e posteriormente pelo Vereador do pelouro, tendo o mesmo sido implementado.

5.10. Normativo

Considerando toda a legislação abordada que envolve o sistema desportivo, no capítulo “Contexto Legal”, creio que são claras e objetivas.

No caso do Município, este procura ter regulamentos em cada uma das atividades, procurando explicar como é que estas se processam.

5.11. Gestão

No que diz respeito ao que a DD se propõe é promover, estimular e apoiar a generalização da prática da atividade física e desportiva, o que se traduz por todas as atividades que esta organiza.

Perante toda a informação mencionada anteriormente, posso afirmar consegue cumprir o que se propõe. Sempre com a supervisão do Departamento de Desenvolvimento Social e respetivo Vereador do Pelouro.

5.12. Perspetivas Futuras

Segundo a dirigente da DD, os JdO, será o aglutinador de todos os eventos atuais e futuros, como também o lançamento de um Portal do Desporto, onde através deste a Câmara, entre agirá com aos munícipes e associações.

Seria interessante, realizar uma análise a todos os projetos semelhantes aos “Jogos de Oeiras”, “Olisipíadas” e ao “Xira”, desenvolvidos pelas Autarquias Locais, e talvez pensar em etapas intermunicipais, bem como comparar a realidade desportiva vs. saúde de toda a AML.

Referências Bibliográficas

- Baker, R., Eshrick, C. (2013). *Fundamentals of Sport Management*. Fairfax, EUA: Human Kinetics.
- Bernardo, D. (2011). *Análise da Procura e Consumo Desportivo do Concelho de São Brás de Alportel e a Política Desportiva do Município*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Motricidade Humana – Universidade de Lisboa, Cruz Quebrada, Portugal.
- Chiavenato, I. (2004). *Introdução à Teoria Geral da Administração*. São Paulo, Brasil: Elsevier Editora Ltda.
- Constantino, J.M. (2006). *Desporto – Geometria de equívocos*. Lisboa, Portugal: Livros Horizonte.
- Constantino, J. M. (1994). *Desporto e Municípios*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Constantino, J.M. (1990a). *Políticas de desenvolvimento desportivo nas Autarquias*. Oeiras, Portugal: Câmara Municipal de Oeiras.
- Constantino, J. M. (1990b). Reflexões em torno do valor cultural e ético do espetáculo desportivo. *Revista Horizonte*, 35, 167-172.
- Constantino, J.M., Feio, J.M.N. (1990). *O Papel do Município de Oeiras no Desenvolvimento Desportivo Local*. Oeiras, Portugal: Câmara Municipal de Oeiras.
- Cuña, L., Vasconcelos, V., Constantino, J.M. (1987). *Plano de Equipamentos Desportivos para o Concelho de Oeiras*. Oeiras, Portugal: Câmara Municipal de Oeiras.
- Cunha, L.M. (2007). *Os Espaços do Desporto, Uma Gestão para o Desenvolvimento Humano*. Coimbra, Portugal: Edições Almedina.
- DaCosta, L.P. (1986). *Actividades de lazer e de desporto para todos em abordagem de rede e de baixo custo*. Lisboa, Portugal: Ministério da Educação e Cultura – Direcção-Geral dos Desportos.
- Drucker, P. (2001). *The Essential Drucker: The Best of Sixty Years of Peter Drucker's Essential Writings on Management*. New York, EUA: Collins Business Essentials.
- Duarte, J. (2009). *Organização e Gestão de Eventos*. Dissertação de Licenciatura. Instituto Superior de Economia e Gestão – Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.

Gerardo, D. (2018). Câmara Municipal de Lisboa: Olisipíadas. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Motricidade Humana – Universidade de Lisboa, Cruz Quebrada, Portugal.

Lopes, N. (2015). Políticas Públicas no Setor do Desporto. Aplicação implementação, em Portugal, da Conta Satélite do Desporto. Dissertação de Mestrado. Instituto Superior de Economia e Gestão – Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.

Medroa, T. (2018). As Autarquias e a Promoção de Atividade Física no Meio Rural. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Motricidade Humana – Universidade de Lisboa, Cruz Quebrada, Portugal.

Pires, G., Lopes, J. (2001) Conceito de Gestão do Desporto - Novos desafios, diferentes soluções. *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto*, 1 (1), 88-103.

Pires, G. (1990). A Aventura Desportiva: O Desporto para o 3.º Milénio. Oeiras, Portugal: Câmara Municipal de Oeiras.

Rapagão, V. (2017). Gestão de Projetos em Organização Sem Fins Lucrativos: IPSS Portuguesas. Dissertação de Mestrado. Instituto Superior de Economia e Gestão – Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.

Área Metropolitana de Lisboa. (2019). Institucional. Acedido a 19 de abril de 2019, em <https://www.aml.pt>

Câmara Municipal de Oeiras. (2019). Oferta Desportiva do associativismo de Oeiras. Acedido a 10 de maio de 2019, em <https://ofertadesportiva.cm-oeiras.pt/>

Câmara Municipal de Oeiras. (2018). Relatório Associativismo Oeiras 2017. Oeiras, Portugal.

Câmara Municipal de Oeiras. (2018). Relatório Atividade Marginal à Noite 2018. Oeiras, Portugal.

Câmara Municipal de Oeiras. (2018). Relatório Mexa-se na Marginal 2018. Oeiras, Portugal.

Câmara Municipal de Oeiras. (2018). Relatório Travessia Bessone Basto 2018. Oeiras, Portugal.

Câmara Municipal de Oeiras. (2013). Factos e Números. Acedido a 10 de setembro de 2018, em <http://factosenumeros.cm-oeiras.pt/>

Data Europa. (2015). Special Eurobarometer 412: Sport and Physical activity. Acedido a 25 de maio de 2019, em https://data.europa.eu/euodp/data/dataset/S1116_80_2_412

Constituição da República Portuguesa. (2005). Diário da República n.º 86/1976 - *I Série*. Assembleia Constituinte.

Decreto-lei n.º 10/2013. Diário da República n.º 18/2013 – *I Série*. Presidência do Conselho de Ministros.

Decreto Regulamentar n.º 34/95. Diário da República n.º 289/1995, *I-B Série*. Presidência do Conselho de Ministros.

Diário de Notícias. (2012). Concelho de Oeiras reduzido a metade. Acedido a 20 de setembro de 2018, em <https://www.dn.pt/>

Diário de Notícias. (2017). 90 mil alunos estreiam em maio prova de aferição de educação física. Acedido a 20 de setembro de 2018, em <https://www.dn.pt/>

European Commission. (2014). Special Eurobarometer 412: Sport and Physical activity. Acedido a 10 de janeiro de 2019, em <https://ec.europa.eu/>

European Commission. (2019). Sport Statistics. Acedido a 10 de janeiro de 2019, em <https://ec.europa.eu/>

Infopédia. (2019). *Gestão*. Porto: Porto Editora, 2003-2019. Acedido a 13 de janeiro de 2019, em <https://www.infopedia.pt/>

Instituto de Avaliação Educativa, IP. (2018) Relatório Nacional 2016 e 2017: Provas de Aferição Ensino Básico. Acedido a 5 de fevereiro de 2019, em <http://iave.pt/>

PORDATA. (2019). População residente segundo os Censos: total e por grupo etário. Acedido a 3 de setembro de 2019, em <https://www.pordata.pt/>

PORDATA. (2019). População residente: total e por grandes grupos etários. Acedido a 3 de setembro de 2019, em <https://www.pordata.pt/>

UCCLA. (2019). Oeiras. Acedido a 3 de maio de 2019, em <https://www.uccla.pt/membro/oeiras>

Anexos

Anexo I – Associações Desportivas do Concelho de Oeiras

1	Academia Equestre João Cardiga	30	Cooperativa de Habitação Económica Nova Morada
2	ACKO - Clube Kempo de Oeiras	31	Grupo Cultural Atletismo Navegadores de Porto Salvo
3	ADQ - Associação Desportiva de Queijas	32	Grupo Cultural de Vila Fria
4	António Ramalho - Boxing Spirit, Associação Solidariedade	33	Grupo de Manutenção Estádio Nacional "Prof. Reis Pires"
5	APCL - Centro Nuno Belmar da Costa	34	Grupo Desportivo de Barcarena
6	Associação de Moradores 18 de Maio	35	Grupo Desportivo e Recreativo "A Joanita"
7	Associação de Pára-quedistas Tejo Norte	36	Grupo Desportivo Unidos Caxienses
8	Associação de Solidariedade Social Assomada	37	Grupo Musical 1º Dezembro
9	Associação Desportiva de Carnaxide e Miraflares	38	Grupo Recreativo Cultural e Desportivo de Leão
10	Associação Desportiva de Oeiras	39	Grupo Recreativo de Tercena
11	Associação Desportiva Núcleo Oeiras - ADNO	40	Grupo Recreativo e Desportivo "Os Fixes"
12	Atlético Clube de Porto Salvo	41	Grupo Recreativo e Desportivo da Ribeira da Lage
13	Centro de Educação Física e Desportos de Combate	42	Liga dos Melhoramentos e Recreios de Algés
14	Clube "Os Catedráticos"	43	Linda-a-Pastora Sporting Clube
15	Clube Carnaxide Cultura e Desporto	44	Lis Running Clube de Praticantes de Atletismo
16	Clube de Kung Fu Hong Long	45	Maratona Clube de Portugal
17	Clube de Pétanca de Linda-a-Velha	46	Minigolfe Clube de Portugal
18	Clube de Praticantes Paço de Arcos Basquete	47	Oeiras Sport Clube
19	Clube de Voleibol de Oeiras	48	Sociedade de Educação e Recreio "Os Unidos de Leceia"
20	Clube Desportivo de Paço de Arcos	49	Sociedade de Instrução Musical de Porto Salvo
21	Clube Desportivo Juventude União de Vila Fria	50	Sociedade Instrução Musical Escolar Cruz Quebradense
22	Clube do Mar Costa do Sol	51	Sociedade Musical Aliança Operária - Futebol Clube Outurela
23	Clube Escola de Ténis de Oeiras	52	Sport Algés e Dafundo
24	Clube Futsal de Oeiras	53	Sport Ponto Come
25	Clube Kayak-Polo da Barra	54	Sporting Clube de Linda-a-Velha
26	Clube Olímpico de Oeiras	55	SQB - Associação Recreativa Sport Queijas e Benfica
27	Clube Português de Orientação e Corrida	56	União Desportiva e Recreativa de Algés
28	Clube Recreativo Leões de Porto Salvo	57	União Recreativa do Dafundo
29	Clube Todo-o-Terreno de Oeiras	58	Valejas Atlético Clube

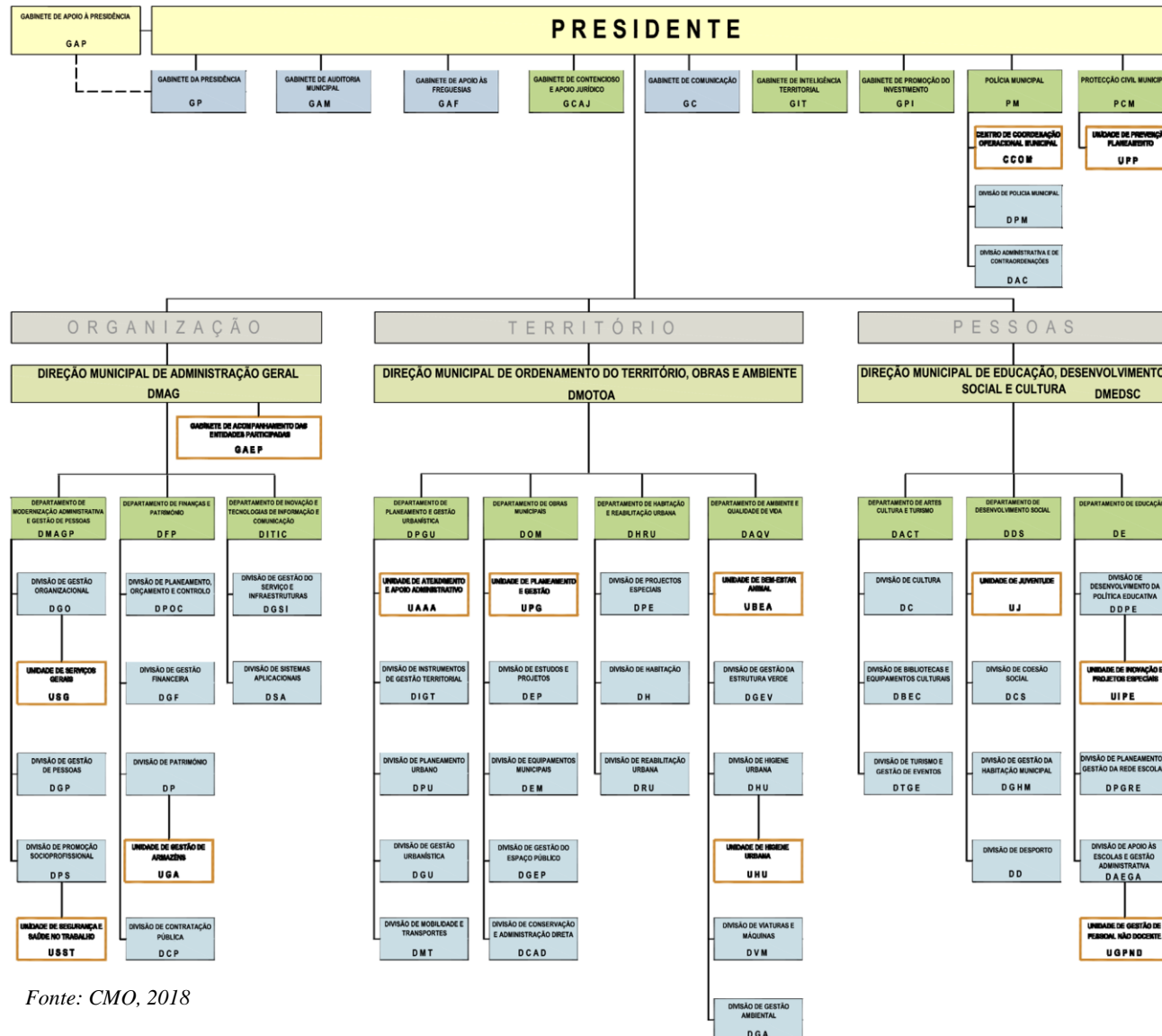
Fonte: Relatório do Associativismo de Oeiras 2017

Anexo 2 – Oferta Desportiva por Modalidades

	MODALIDADE	N.º DE COLETIVIDADES	%		MODALIDADE	N.º DE COLETIVIDADES	%
1	Atletismo	18	8,0%	33	Danças de Salão	3	1,3%
2	Karaté	16	7,1%	34	Dardos e Setas	3	1,3%
3	Futsal	14	6,2%	35	Taekwondo	2	0,9%
4	Ginástica Manutenção	10	4,4%	36	Aikido	2	0,9%
5	Ginástica	9	4,0%	37	Cicloturismo	2	0,9%
6	Fitness	8	3,5%	38	Equitação	2	0,9%
7	Futebol	7	3,1%	39	Hóquei-Patins	2	0,9%
8	Ballet	7	3,1%	40	Judo	2	0,9%
9	Pesca Desportiva	6	2,7%	41	Ginástica Adaptada	2	0,9%
10	Hip-Hop	6	2,7%	42	Hidroginástica	2	0,9%
11	Dança/Dança de Salão	5	2,2%	43	Capoeira	2	0,9%
12	Dança Mix	5	2,2%	44	Kung Fu	1	0,4%
13	Triatlo	5	2,2%	45	Corfebol	1	0,4%
14	Ténis de Mesa	5	2,2%	46	Pólo Aquático	1	0,4%
15	Krav Maga	4	1,8%	47	Trail	1	0,4%
16	Kickboxing	4	1,8%	48	Badminton	1	0,4%
17	Patinagem Artística	4	1,8%	49	Basquetebol em cadeira de rodas	1	0,4%
18	Boxe	4	1,8%	50	Boccia	1	0,4%
19	Jogos Tradicionais	4	1,8%	51	Equitação Adaptada	1	0,4%
20	Xadrez	4	1,8%	52	Kayak-Polo	1	0,4%
21	Andebol	3	1,3%	53	KayakSurf	1	0,4%
22	Basquetebol	3	1,3%	54	Minigolf	1	0,4%
23	Body&Mind	3	1,3%	55	Natação	1	0,4%
24	BTT	3	1,3%	56	Natação Sincronizada	1	0,4%
25	Campismo e Caravanismo	3	1,3%	57	Orientação BTT	1	0,4%
26	Canoagem	3	1,3%	58	Orientação Pedestre	1	0,4%
27	Jiu-Jitsu	3	1,3%	59	Pára-quedismo	1	0,4%
28	Mix Fitness	3	1,3%	60	Pedestrianismo	1	0,4%
29	Vela	3	1,3%	61	Surf	1	0,4%
30	Bilhar	3	1,3%	62	Voleibol	1	0,4%
31	Ténis	3	1,3%	63	Kempo	1	0,4%
32	Ciclismo	3	1,3%	64	Outros Desportos de Combate	1	0,4%

Fonte: Relatório do Associativismo de Oeiras

Anexo 3 – Organograma da Câmara Municipal de Oeiras 2019




Fonte: CMO, 2018

FESTA JOVEM DA LINHA

Dia 29 de Abril de 2018 – 15h00

Pavilhão do Clube Recreativo Leões de Porto Salvo

Oeiras



A “Festa Jovem da Linha”, promovida pela Associação 25 de Abril (A25A), visa comemorar o “25 de abril” através de um evento que celebre o desporto nos Concelhos de Oeiras e Cascais.

A 2ª Edição deste evento irá decorrer no Concelho de Oeiras (Pavilhão do Clube Recreativo Leões de Porto Salvo), no dia 29 de abril de 2018, pelas 15h00, sendo a Patinagem Artística a modalidade em evidência.

Os clubes de cada concelho que desenvolvam esta modalidade, deverão inscrever-se até ao próximo dia 12 de março, junto de cada Município.

Dados da Inscrição

Nome Completo da Instituição

Apenas campos editáveis a cinzento

E-mail da Instituição

Nº Telefone/Telemóvel

Nome do Responsável

E-mail do Responsável

Nº Telefone/Telemóvel

Apresentação

Título do Esquema

Pequeno Texto de Apresentação Sobre o Esquema

Nº de Atletas
(Máximo 25)

Nº de Técnicos
(Máximo 2)

Nº de Dirigentes
(Máximo 2)


Tempo do Esquema (Máximo 10 Minutos)

Notas:


INFORMAÇÕES ADICIONAIS

- A MÚSICA DA APRESENTAÇÃO DEVERÁ SER ENTREGUE EM CD À ORGANIZAÇÃO NO DIA DO EVENTO;
- TODAS AS ENTIDADES PARTICIPANTES DEVEM FAZER-SE ACOMPANHAR PELO ESTANDARTE OU BANDEIRA DO CLUBE PARA A CERIMÓNIA DE ABERTURA;
- NO DIA 29 DE ABRIL, DA PARTE DA MANHÃ, HAVERÁ TREINOS DE ADAPTAÇÃO AO RINGUE PARA CADA UM DOS CLUBES PARTICIPANTES. OS HORÁRIOS E ORDEM DOS TREINOS SERÃO DIVULGADOS ATEMPADAMENTE.


Promotor






Organização



Parceiros



ALGÉS – PRIO



Ponto de luz



Som DGEPTM



My Dinamic
(Insuflável)



Sport Algés e Dafundo
(Demonstrações)



CMO
(Caminhada Avós e Netos)



Decathlon
(Desportos de Deslize)

Anexo 6 – Layout Zona do Desvio (Saisa)



-  Soundspot
-  Fogo de Artifício
-  Gerador PC
-  Cheerleaders
-  (+30 Cones)
-  (+30 Stick light)
-  (L. Desvio)

Anexo 7 – Folha de Rosto da Proposta de Financiamento do Troféu

Proposta de Financiamento dos Clubes

Composta por 3 Dimensões

NÍVEL PONTOS	MÉDIA ATLETAS POR PROVA 60%	NÍVEL PONTOS	REGULARIDADE DE ATLETAS 20%	NÍVEL PONTOS	MÉDIA DE ATLETAS JOVENS (BENJAMINS A JUVENIS) 20%
5	100+	5	80+	5	50+
4	70 - 99	4	60-79	4	36-49
3	40 - 69	3	40-59	3	21 - 35
2	20 - 39	2	20-39	2	11 - 20
1	10 -19	1	10 -19	1	6 - 10
0	<10	0	<10	0	< 6

Definido em conforme com realidade da época anterior

Anexo 8 – Folha de Calculo da Proposta de Financiamento do Troféu

Guardar Automaticamente [Ícones de Guardar e Anular] **GES_PROPOSTA_FORMULA_TROFEU_2018-19.xlsx - Excel**

Ficheiro Base Inserir Esquema da Página Fórmulas Dados Rever Ver Ajuda Procurar

Calibri 11 A^A A^B N I S [Ícones de Negrito, Itálico, Sublinhado] [Ícones de Alinhamento] Moldar Texto Unir e Centrar Geral % 000 [Ícones de Formatação Numérica] Formatação Condicional Formatar como Tabela Estilos Células

Área de Transferência Tipo de Letra Alinhamento Número Estilos

D3 =SE(C3>=100;"5";SE(C3>69;"4";SE(C3>39;"3";SE(C3>=20;"2";SE(C3>=10;"1";SE(C3<10;"0")))))

Formula Referente ao Rosto
(necessidade de ajustar manualmente)

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K
1						Início - 60%	20%	20%			
2		Clubes	MÉDIA	MÉDIA PONTOS	REGULARIDADE	REGULARIDADE PONTOS	JOVEM	JOVEM PONTOS	RESULTADO FINAL	FINACIAMENTO	
3	1	Clube Teste 1	110	5	84	5	55	5	5	1200€	0
4	2	Clube Teste 2	117	5	98	5	32	3	4,6	1200€	0
5	3	Clube Teste 3	93	4	69	4	14	2	3,6	900€	0
6	4	Clube Teste 4	51	3	38	2	16	2	2,6	600€	0
7	5	Clube Teste 5	47	3	36	2	6	1	2,4	400€	0
8	6	Clube Teste 6	59	3	51	3	2	0	2,4	400€	0
9	7	Clube Teste 7	27	2	0	0	3	0	1,2	250€	0
10	8	Clube Teste 8	17	1	13	1	0	0	0,8	250€	0
11	9	Clube Teste 9	19	1	13	1	3	0	0,8	250€	0
12	10	Clube Teste 10	15	1	10	1	3	0	0,8	250€	0
13	11	Clube Teste 11	18	1	6	0	10	1	0,8	250€	0
14	12	Clube Teste 12	12	1	8	0	1	0	0,6	100€	0
15	13	Clube Teste 13	12	1	9	0	0	0	0,6	100€	0
16	14	Clube Teste 14	2	0	1	0	0	0	0	100€	0
17	15	Clube Teste 15	1	0	0	0	0	0	0	100€	0
18	16	Clube Teste 16	2	0	2	0	2	0	0	100€	0
19	17	Clube Teste 17	5	0	1	0	1	0	0	100€	0
20	18	Clube Teste 18	3	0	2	0	2	0	0	100€	0
21	19	Clube Teste 19	2	0	0	0	1	0	0	100€	0
22											-1

Contas Automáticas (visíveis)

Zona Oculta (Contas Automáticas)

Introduzir Valores (Reais)

Anexo 9 – Exemplo de Tarefas Realizadas

Número	Data	Tarefa	Atividade/Instalação	Tempo de Execução	Grau de Dificuldade	Outras obs.
1	28/jan.	Montagem e Desmontagem da Partida	Troféu de Oeiras	6 min	Médio	Estas tarefas são transversais para a maioria das atividades.
2	28/jan.	Montagem e Desmontagem da Meta	Troféu de Oeiras	10 min	Baixo	
3	28/jan.	Montagem e Desmontagem da Funil de chegada	Troféu de Oeiras	20 min	Médio	
4	28/jan.	Apoio na Partida	Troféu de Oeiras	2 min	Baixo	
5	28/jan.	Registo de Meta	Troféu de Oeiras	20 min	Elevado	É realizado apenas no Troféu devido a ausência de chips nesta atividade.
7	16/fev.	Medir o Campo com a roda de medição	Campo Polidesportivo	5 min	Baixo	Procedimento ocorreu em todas as Instalações analisadas.
8	16/fev.	Verificar a Segurança das Balizas/Tabelas/Redes/Vedações	Campo Polidesportivo	10 min	Baixo	Assegurar que estão fixas
9	16/fev.	Fotografar a instalação e áreas circundantes	Campo Polidesportivo	5 min	Baixo	
6	22/fev.	Atualização de Base Dados	-	38 horas	Médio	
10	23/fev.	Reuniões Diversas	-	1 horas	Baixo	Serviços Camarários, Forças de Segurança, Parceiros, entre outros.